

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH  
GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Ana Clara Saft Grassi

PLANTAR, REGAR, COLHER: a experiência cubana como referência para as políticas  
públicas brasileiras de agricultura urbana e periurbana

Porto Alegre

2023

Ana Clara Saft Grassi

PLANTAR, REGAR, COLHER: a experiência cubana como referência para as políticas públicas brasileiras de agricultura urbana e periurbana

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Jean Segata

Porto Alegre

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**REITOR**

Carlos André Bulhões

**VICE-REITORA**

Patrícia Pranke

**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**DIRETOR**

Hélio Ricardo de Couto Alves

**VICE-DIRETOR**

Alex Niche Teixeira

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**COORDENADORA**

Luciana Leite Lima

**COORDENADOR-SUBSTITUTO**

Sérgio Simoni Júnior

Ana Clara Saft Grassi

PLANTAR, REGAR, COLHER: a experiência cubana como referência para as políticas públicas brasileiras de agricultura urbana e periurbana

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Políticas Públicas.

Porto Alegre, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Geisa Zanini Rorato  
Departamento de Urbanismo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Arlei Sander Damo  
Departamento de Antropologia  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Jean Segata  
Departamento de Antropologia  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## AGRADECIMENTOS

Nenhuma letra escrita neste trabalho seria possível sem os esforços sobrenaturais realizados pela minha mãe, Karina, e pela minha vó, Sirlei, para garantir que eu sempre tivesse condições de me dedicar aos estudos. Obrigada por todo amor e tempo dispensados a mim e por toda liberdade que sempre me deram para descobrir o mundo e me formar como pessoa. Me empenho para ser capaz de honrar com tudo que vocês fizeram e, principalmente, para lutar por uma sociedade em que as mulheres não precisem mais abdicar tanto de suas vidas e seus desejos para criarem suas famílias.

Às minhas famílias materna e paterna por me ensinarem que a vida é boa quando a casa e a mesa estão cheias, e por me darem o prazer de conviver com tantas referências femininas, em especial, as minhas tias Marina, Suzana, Edizinha, Edi e Lina.

Ao Sander, que além de ter me dado a alegria de ver minha mãe sendo amada como ela realmente merece, me apresentou o caminho dos orixás e uma família maravilhosa.

Ao Erico, por ser meu companheiro em descobrir como ir além das construções impostas pelo amor romântico, por criar tantos momentos de carinho e respiro em meio a um mundo pandêmico, e por ser um parceiro para todo tipo de desafio que a vida nos impõe. E à Simone, que tenho a honra de chamar de sogra, pelas conversas sem fim sobre todos os tipos de assunto, por todas as comidas gostosas e por ser uma inspiração.

Às minhas amigas Karina e Karoline, fundamentais no processo de escrita desse trabalho e que ouviram os meus surtos, mas nunca me deixaram desistir. Karina, obrigada por ser tão diferente e, ao mesmo tempo, tão parecida comigo, que a gente siga ventando pelo mundo e lutando pelo fim do capitalismo com muita ousadia, dança e doses de cachaça. Karol, obrigada pelas trocas, que essa seja só a primeira conquista a vivenciarmos juntas.

Às minhas amigas Thais, Flavia e Micaela e ao meu amigo Lucas, que já viram muitas versões de mim e que seguem ao meu lado há tempos.

À UFRGS, pelos 10 anos de Colégio de Aplicação, essenciais na minha formação como cidadã e sujeito político, e pelos 5 anos de graduação, e por todas as professoras, professores e colegas que fizeram parte desses ciclos, em especial à Prof<sup>a</sup> Rita Cavalcante e ao Prof<sup>o</sup> Jean Segata. Viva a educação pública de qualidade!

Aos camaradas do Subverta, por construírem coletivamente o caminho para o ecossocialismo. A luta por um mundo sem exploração humana e da natureza não é um desejo meu, mas uma necessidade, que fica bem mais suportável compartilhando com vocês.

Por fim, mas de forma alguma menos importante, agradeço à minha mãe Iansã por sempre me colocar em movimento e me incentivar a ter coragem para enfrentar o que vier; ao meu pai Xangô por me fazer buscar a justiça real – não a burguesa – em tudo que faço; e à Exu pelos caminhos abertos e pelas encruzilhadas que nos fazem avançar.

*Epahey, Oyá!  
Kaô Kabecilê, Xangô!  
Laroyê, Exu!*

“A cidade está fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções”

Milton Santos

“[A] abolição da antítese entre cidade e campo não é apenas possível. Tornou-se uma necessidade direta da própria produção industrial, assim como tornou-se uma necessidade da produção agrícola e, ademais, da saúde pública. O atual envenenamento do ar, água e da terra só pode acabar com a fusão da cidade e do campo; e somente essa fusão a situação das massas que agora definham nas cidades, e permitirá que seus resíduos sejam utilizados para a produção de plantas em vez de para a produção de doenças.”

Marx e Engels (tradução nossa)

## RESUMO

Este trabalho objetiva investigar os elementos da experiência de Cuba em agricultura urbana e periurbana que podem ser aplicados nas políticas públicas brasileiras. A pesquisa possui caráter exploratório e baseia-se em bibliografias existentes para traçar o panorama da política de agricultura urbana em Cuba e no Brasil. Além disso, aponta as potencialidades da agricultura urbana e periurbana diante dos desafios que estruturam a vida da população nas cidades brasileiras. Orientada pelos princípios da agroecologia, da soberania alimentar e do anticolonialismo, a análise permitiu concluir que a política de Cuba é uma referência incontornável para a elaboração de políticas públicas de AUP comprometidas com as pessoas vulnerabilizadas no Brasil da atualidade. A experiência cubana pode servir como referência para a construção de uma política brasileira de AUP, que valorize a interrelação entre órgãos nacionais, estaduais e municipais, agricultoras e agricultores urbanos, conhecimentos tradicionais e espécies nativas, agroecologia e envolvimento de múltiplas instituições.

**Palavras-chave:** políticas públicas; agricultura urbana e periurbana; Cuba; agroecologia; soberania alimentar.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo investigar los elementos de la experiencia de Cuba en agricultura urbana y periurbana que se pueden aplicar en las políticas públicas brasileñas. La investigación tiene un carácter exploratorio y se basa en bibliografías existentes para describir el panorama de la política de agricultura urbana en Cuba y Brasil, y señalar las potencialidades de la agricultura urbana y periurbana ante los desafíos que estructuran la vida de la población en las ciudades brasileñas. Guiada por los principios de la agroecología, la soberanía alimentaria y el anticolonialismo, el análisis permitió concluir que la política de Cuba es una referencia ineludible para la elaboración de políticas públicas de AUP comprometidas con las personas vulnerabilizadas en el Brasil actual. La experiencia cubana puede servir como referencia para la construcción de una política brasileña de AUP, que valore la interrelación entre los organismos nacionales, estatales y municipales, agricultores y agricultoras urbanos, conocimientos tradicionales y especies nativas, agroecología y el involucramiento de múltiples instituciones.

Palabras-clave: políticas públicas; agricultura urbana e periurbana; Cuba; agroecología; soberanía alimentaria



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recuperação de solos erodidos para o desenvolvimento da Agricultura Urbana em Rosário, Argentina.....	17
Figura 2 - Estrutura do Programa Nacional de Agricultura Urbana, Suburbana e Familiar ....	33
Figura 3 - Nomes dos subprogramas da agricultura urbana e periurbana e a área de avaliação .....	34

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA</b> .....	13
2.1	CONCEITUAÇÃO E HISTÓRICO .....	13
2.2	POTENCIALIDADE .....	15
2.3	O QUE É AGROECOLOGIA? .....	18
2.4	SEGURANÇA ALIMENTAR OU SOBERANIA ALIMENTAR? .....	20
2.5	EM BUSCA DA SOBERANIA ALIMENTAR POR MEIO DA AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA .....	22
<b>3</b>	<b>A EXPERIÊNCIA CUBANA</b> .....	24
3.1	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO: DEPENDÊNCIA EXTERNA E A CRISE DOS ANOS 1990 .....	24
3.1.1	A colonização espanhola e o neocolonialismo estadunidense.....	24
3.1.2	A Revolução de 1959 .....	26
3.1.3	Relação com a União Soviética e a crise de 1990 .....	28
3.2	A POLÍTICA DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA .....	29
3.2.1	Histórico.....	29
3.2.2	Estrutura do programa .....	31
3.3	RESULTADOS DA AUP CUBANA.....	34
3.3.1	Dimensões territoriais e produtivas .....	35
3.3.2	Dimensões sociais .....	36
3.3.3	Dimensões ecológicas .....	37
<b>4</b>	<b>IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	39
4.1	NÍVEL NACIONAL.....	39
4.2	NÍVEL LOCAL .....	42
4.3	POTENCIAIS DA AUP NO BRASIL E OS DESAFIOS PARA ALCANÇÁ-LOS	44
<b>5</b>	<b>CULTIVANDO OUTRAS REFERÊNCIAS</b> .....	48
5.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	48
5.2	INSPIRAÇÕES POSSÍVEIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA CUBANA.....	50
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	55
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura urbana e periurbana (AUP) é o conceito que se refere à horticultura, pecuária, transformação e comercialização de produtos alimentícios, praticada em locais com urbanização mais intensa e suas áreas próximas. O debate político, científico e popular sobre AUP está em expansão no Brasil, impulsionado pelo retorno do cenário de insegurança alimentar generalizada, pelo avanço das mudanças climáticas e pelo crescimento da conscientização sobre os danos à saúde causados por agrotóxicos nos alimentos. Apesar de existirem milhares de pequenas e médias iniciativas por todo território, ainda são escassas as políticas públicas que objetivam a consolidação da AUP na realidade brasileira.

Então, torna-se importante o fortalecimento dessa temática no campo de políticas públicas, a fim de contribuir para a formulação de programas e projetos que busquem a maximização dos impactos possíveis pela AUP e que colaborem na mitigação das desigualdades sociais e econômicas e, também, dos efeitos ecológicos. Neste contexto, a investigação de experiências existentes dentro e fora do país é de fundamental importância para analisar o que os exemplos nos informam em relação às qualidades, falhas e às possíveis referências.

Dentre as principais referências de políticas de agricultura urbana e periurbana mundiais, Cuba se destaca por investir desde a década de 1990 em métodos agroecológicos de produção de alimentos nas principais cidades do país e nas regiões no entorno dessas. Implementado a nível nacional, o programa abarca diversas formas produtivas e entidades, e é reconhecido por seu sistema de capacitação de agricultoras e agricultores urbanos, e por viabilizar o enriquecimento nutricional da população cubana. Além disso, promove inserção social, recuperação e preservação ambiental, de forma a evitar a importação de toneladas de agroquímicos.

Em vista disso, este trabalho busca investigar quais são os elementos da experiência de Cuba que possuem capacidade para incrementarem as políticas públicas brasileiras em AUP. Ademais, os objetivos secundários visam contribuir como um argumento em defesa da agricultura urbana e periurbana com bases agroecológicas e em busca da soberania alimentar; fornecer um panorama da política de Cuba considerando suas origens históricas, estrutura atual e impactos já detectados; apresentar o atual cenário da AUP no Brasil a nível federal e local e compreender os principais potenciais da AUP diante da realidade brasileira.

Sendo uma pesquisa de caráter principalmente exploratório, ou seja, que objetiva proporcionar uma visão geral sobre o assunto e delinear possíveis hipóteses para os estudos em

AUP, a metodologia centrou-se na pesquisa bibliográfica (GIL, 2008). Assim, a elaboração do trabalho está estruturada em torno de materiais já elaborados, as informações foram coletadas em livros, publicações científicas e relatórios institucionais sobre agricultura urbana e periurbana em Cuba e no Brasil.

O trabalho está dividido em seis partes, incluindo esta introdução. O segundo capítulo pretende delimitar os conceitos de agricultura urbana e periurbana, agroecologia, segurança e soberania alimentar, estabelecendo quais são as perspectivas que embasam a investigação. No terceiro capítulo objetivamos tratar sobre Cuba, apresentando uma breve contextualização histórica e a conjuntura que gerou a expansão da AUP no país em 1990, seguida da exposição sobre as bases e a estrutura da política que existe atualmente e, por fim, os impactos da agricultura urbana e periurbana na realidade dos cubanos. O quarto capítulo fornece o panorama das políticas de AUP no Brasil e, em sequência, uma análise dos principais potenciais da proposta considerando os problemas enfrentados pela população urbana no país. O quinto capítulo buscou avaliar quais elementos da política cubana podem oferecer exemplos para desafios já enfrentados pela AUP no Brasil e, principalmente, para a construção de uma política pública centrada na agricultura urbana e periurbana no contexto brasileiro. O último capítulo reúne as considerações finais do trabalho, estabelecendo as suas possíveis contribuições e seus limites.

## 2 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

A Agricultura Urbana e Periurbana desafia os paradigmas em que foram e seguem sendo estabelecidas as cidades contemporâneas, principalmente a separação entre urbano e rural (MOUGEOT, 2000; McCLINTOCK, 2010; ALMEIDA; COSTA, 2014). É um conceito que permanece em construção de seus significados, objetivos e suas práticas, deixando em aberto um espaço de disputa por diferentes visões de sociedade (ALMEIDA; COSTA, 2014).

O objetivo deste capítulo é apresentar os conceitos-chave para o tema e delimitar a visão que orienta a elaboração deste trabalho. Primeiramente, definições gerais sobre a AUP e seu histórico são apresentados e, após, os conceitos de agroecologia e soberania alimentar são introduzidos para, então, apontar as relações possíveis e necessárias entre os três conceitos para a construção da agricultura urbana com bases agroecológicas e que objetiva a soberania alimentar.

### 2.1 CONCEITUAÇÃO E HISTÓRICO

Definida como o cultivo de produtos alimentícios e não alimentícios praticado dentro das cidades ou em suas periferias, englobando diversos sistemas agrícolas, a agricultura urbana e periurbana tem, como principal objetivo, a produção para subsistência (MOUGEOT, 2000; CARNEIRO *et al.*, 2016). Com 56% da população mundial habitando áreas urbanas atualmente (ONU HABITAT, 2022), a AUP apresenta uma alternativa multifacetada para lidar com diversos problemas da vida nas cidades, desde o abastecimento, passando pela qualidade dos alimentos disponíveis para consumo, até a recuperação de áreas degradadas pela atividade humana.

O termo ‘Agricultura Urbana e Periurbana’ teve a sua primeira conceituação oficial em 1999, em um documento apresentado em reunião coordenada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pelo Comitê de Agricultura da Organização das Nações Unidas. O objetivo da definição se referia ao tipo de agricultura constituída em países do capitalismo periférico, principalmente como forma de combate à insegurança alimentar (ZAAR, 2011). O documento define a AUP como:

As práticas agrícolas, dentro das cidades e em torno delas, que competem por recursos (terra, água, energia, mão de obra) que poderiam ser destinados, também, a outros fins para satisfazer as necessidades da população urbana. São setores importantes da AUP, entre outros, a horticultura, a pecuária, a produção de forragem e leite, a aquicultura e a silvicultura (FAO, 1999, p. 3, tradução nossa).

A diferenciação da definição de urbana e periurbana está, entre outros aspectos, relacionada, principalmente, com a localização e superfície dos terrenos em que são realizadas as práticas produtivas. As áreas intraurbanas costumam ser mais reduzidas, limitando os tipos de produção possíveis, enquanto as periferias das metrópoles possibilitam a utilização de terrenos maiores e, conseqüentemente, o estabelecimento de produções mais diversas e extensas (ZAAR, 2015). Porém, definições mais específicas variam conforme as realidades de cada país, estado ou cidade.

Abrangendo a produção de vegetais básicos do consumo humano, plantas medicinais, animais de pequeno e grande porte, até plantas ornamentais para comercialização, a AUP se desenvolve a partir das necessidades e características de cada território. Apesar de também ser uma prática individual, como pequenas hortas domiciliares, a sua faceta mais conhecida e que orienta políticas públicas é a produção coletiva, materializada, por exemplo, em hortas comunitárias de praças, escolas e centros de saúde.

A finalidade principal das práticas de AUP é a produção de alimentos para subsistência, que podem ser diretamente para o autoconsumo ou para viabilizar trocas com outros agricultores urbanos. O excedente produzido costuma ser destinado para doações ou para a comercialização diretamente nos locais de produção, em feiras de bairro ou para o abastecimento de mercados (ZAAR, 2015).

Ainda que, oficialmente, a primeira conceituação do termo date de 1999, o histórico da AUP possui relação com as práticas de jardinagem e plantios agroflorestais existentes desde o Antigo Egito (CORRÊA *et al.*, 2020). Na Ásia, a agricultura urbana possui longa tradição, especialmente na China, que desenvolveu planos de apoio à prática no século XIX e que continuam em vigor, e na Indonésia, onde se estabelece como indústria de grande peso (GONÇALVES, 2014).

A AUP também possui origens antigas na América Latina, porém, diferentemente da Ásia, a evolução da prática foi impedida pelos processos de colonização. A AUP voltou a ganhar força nos países latino-americanos após a década de 1970, por meio da promoção de governos, programas de caridade e instituições religiosas, mesmo período de crescimento das políticas de incentivo à produção urbana de alimentos na África<sup>1</sup> (GONÇALVES, 2014). Sendo

---

<sup>1</sup> Principalmente em países do norte do continente e do Oriente Médio, que enfrentavam crises econômicas à época (GONÇALVES, 2014).

a região mais urbanizada do mundo<sup>2</sup>, o avanço da AUP na América Latina e Caribe tornou-se um tema de grande relevância e com experiências diversas ao longo da região<sup>3</sup> (FAO, 2014).

Na Europa e nos Estados Unidos (EUA), a agricultura urbana e periurbana tem profunda relação com períodos de crises socioeconômicas geradas por conflitos militares ou recessões econômicas, como os programas “Liberty and Victory Gardens” (EUA) e “Dig for Victory” (Reino Unido), que incentivaram a criação de hortas comunitárias com o objetivo de garantir a alimentação da população durante as guerras mundiais (CORRÊA *et al.*, 2020). Em 1943, 40% das frutas e dos vegetais frescos consumidos nos Estados Unidos eram provenientes de hortas familiares e comunitárias, demonstrando os impactos de tais campanhas (ZAAR, 2011).

No período do pós-guerra, as hortas urbanas adquiriram, também, a função de viabilizar o contato com a natureza no ambiente urbano. Porém, em outras localidades, a rápida expansão da urbanização tomou conta dos espaços onde eram produzidos alimentos, desestruturando a agricultura urbana previamente praticada (ZAAR, 2011). Este processo é fundamental para compreender as diferenças da AUP entre o Norte e o Sul global atualmente. No primeiro, a agricultura urbana está vinculada, principalmente, a atividades de lazer e de garantia de espaços verdes nas cidades. Já no Sul global, a disseminação da AUP está relacionada com os processos de êxodo rural e combate à fome (ALVES, 2020). Outra diferença entre o Norte e Sul é que em países europeus e nos EUA, a agricultura urbana já possui uma grande consolidação em políticas públicas, enquanto, por exemplo, na América Latina, está vinculada muito mais com ações autônomas de comunidades periféricas (ALVES, 2020).

## 2.2 POTENCIALIDADE

Um dos grandes elementos de destaque da AUP são os potenciais multifacetados das práticas que a envolvem. As práticas de AUP que, geralmente, são iniciadas buscando o aumento da disponibilidade e qualidade de alimentos, acabam experimentando impactos também relacionados com a inclusão social e econômica, o fortalecimento das comunidades, a mitigação da poluição urbana, além de produzir outras formas de viver a cidade, como destacam Almeida e Costa (2014):

---

<sup>2</sup> De acordo com a FAO (2014), 80% da população latino-americana vive em cidades, e cerca de 70 milhões de habitantes se concentram em quatro megalópoles: Buenos Aires, Cidade do México, São Paulo e Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Para mais informações, ver a publicação da FAO de 2014 que investigou as experiências de Havana (Cuba), Cidade do México (México), Antigua e Barbuda, Tegucigalpa (Honduras), Manágua (Nicarágua), Quito (Equador), Lima (Peru), El Alto (Bolívia), Belo Horizonte (Brasil) e Rosário (Argentina).

a (expressão) agricultura urbana indica a existência de algo que não se encaixa no pensamento moderno que opõe a cidade ao campo e sinaliza a possibilidade de conciliação ou articulação entre a cidade (vista como lugar de atividades não-agrícolas) e agricultura (vista apenas como atividade econômica rural). (ALMEIDA; COSTA, 2014, p. 07).

Considerando a dimensão da produção para subsistência, além de atenuar a insegurança alimentar, a agricultura urbana permite a diversificação da alimentação e, conseqüentemente, melhores índices de nutrição entre populações que, em geral, possuem grandes limitações de acesso a uma dieta natural e diversificada (FLORES, 2007; ZAAR, 2015; FREIRE *et al.*, 2016). Segundo estudo da FAO (2010), os grupos familiares envolvidos em atividades de AUP tendem a consumir uma quantidade de alimentos até 30% maior que grupos não envolvidos (FAO, 2010).

Outra perspectiva importante é o potencial comunitário: estudos indicam que a AUP é capaz de fortalecer ações e laços nas comunidades, além de ser uma atividade de inclusão social para idosos, mulheres e jovens (MOUGEOT, 2000; ALVES; SILVA, 2015). Esses dois últimos grupos também são impactados positivamente na inclusão socioeconômica que a AUP é capaz de oferecer por meio da geração de empregos, da capacitação técnica e profissional e da redução dos custos com alimentação (FREIRE *et al.*, 2016). Além disso, a comercialização de excedentes impacta positivamente a renda de famílias economicamente vulneráveis.

As potencialidades ecológicas também são notórias e ocorrem por meio da recuperação da biodiversidade de áreas degradadas pela atividade humana, da melhor gestão dos resíduos urbanos, da preservação dos ciclos biogeoquímicos e da redução da pegada ecológica (FREIRE *et al.*, 2016). Mougeout (2000) destaca que a diferença fundamental entre a agricultura urbana e periurbana da agricultura rural não é o local de prática, e sim sua integração com os ecossistemas econômico e ecológico das cidades.

O caso de Rosário, na Argentina, é apresentado por Flores (2007) para demonstrar a capacidade de recuperação de um ecossistema pela AUP. Os moradores do bairro *Empalme Graneros*, historicamente formado por famílias provenientes de áreas rurais empobrecidas do noroeste do país, em conjunto com a gestão municipal, ocuparam terrenos utilizados como lixões informais que, após muito trabalho de limpeza e recuperação do solo, se tornaram hortas comunitárias muito produtivas. O projeto que iniciou com a área de 1 hectare foi replicado por toda a cidade e garante alimentos para cerca de 40 mil pessoas em situação de pobreza (FLORES, 2007).



Figura 1 - Recuperação de solos erodidos para o desenvolvimento da Agricultura Urbana em Rosário, Argentina



Fonte: IPES.

Em uma visão mais sistêmica, é possível apontar a AUP como uma forma de mitigar a separação entre humanidade e natureza utilizando a concepção de ruptura metabólica. Compreendendo “metabolismo” como a “troca material dentro e entre a sociedade e o meio ambiente” (BETANCOURT, 2020, p. 1, tradução nossa) que, devido “à perda sistemática de nutrientes do solo que eram desviados para as cidades na forma de alimentos ou fibras” (BETANCOURT, 2020, p. 1, tradução nossa) imposta pelo modelo do capitalismo de separação da cidade e campo, foi produzida uma “ruptura irreparável na ‘interação metabólica’ humana com a natureza” (BETANCOURT, 2020, p. 1, tradução nossa). Assim, a ruptura metabólica depende da falsa dicotomia entre urbano e rural, humanos e natureza, escondendo a interdependência existente (McCLINTOCK, 2010).

De acordo com McClintock (2010), a AUP contribui na mitigação da ruptura metabólica na dimensão ecológica, social e individual ao possibilitar a recuperação de solos e a reciclagem de resíduos orgânicos; a redução da dependência de petróleo na produção de alimentos; a desmercantilização da terra, do trabalho e da comida; e a reconexão da população urbana com a natureza e com os frutos do trabalho (McCLINTOCK, 2010).

Ainda que a agricultura urbana e periurbana tenha a capacidade de viabilizar todos os potenciais supracitados, os conceitos e as bases da AUP são disputados e moldados por visões diversas. McClintock (2014) identifica uma forma mais radical de se pensar e praticar a agricultura urbana, que se posiciona como crítica ao sistema agroindustrial e seus impactos sociais e ambientais, e que aponta as formas como a AUP é capaz de construir uma ponte entre a produção e o consumo de alimentos baseados em relações sociais mais igualitárias, combatendo a insegurança alimentar e pautando o direito à cidade.

Entretanto, o autor também destaca que existem exemplos que demonstram que práticas de AUP podem acabar sendo instrumentos para reforçar a ideologia neoliberal, seja por

preencherem lacunas geradas pelo desmonte dos Estados de Bem-Estar Social e encorajar os discursos neoliberais de empreendedorismo de si mesmo ou de mudança social por meio de escolhas de consumo, especialmente se o incentivo às hortas urbanas estiver sendo realizado por ONGs e não via políticas públicas. Ademais, existe a possibilidade de que práticas de agricultura urbana que não estejam relacionadas com o fortalecimento comunitário e popular possam valorizar as áreas em que estão presentes e, dessa forma, facilitar processos de gentrificação (McCLINTOCK, 2014).

Compreendendo as origens da insegurança alimentar, do divórcio entre campo e cidade, do distanciamento da relação humano-natureza e das desigualdades sociais como consequências dos projetos coloniais e do modo de produção capitalista, agricultura urbana e periurbana é defendida neste trabalho como uma das formas de enfrentar essas consequências. Porém, para tal, a AUP precisa estar alicerçada na produção agroecológica e na busca pela soberania alimentar: essas são bases fundamentais para que a agricultura urbana e periurbana se materialize como uma experiência popular e ecológica. Assim, apresenta-se, a seguir, as definições de tais bases e as relações possíveis com a AUP.

### 2.3 O QUE É AGROECOLOGIA?

Desenvolvida para confrontar o modelo de práticas agrícolas baseadas no paradigma da químico-mecanização (DE ASSIS; ROMEIRO, 2002) iniciado no século XIX e aprofundado pela, assim chamada, Revolução Verde entre as décadas de 1950 e 1970, a agroecologia pode ser definida como uma ciência que utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo e que, ao fazer isso, supera a centralidade apenas da perspectiva da agronomia, e considera, também, as dimensões ecológicas, sociais e culturais da produção agrícola (ALTIERI, 2008).

A agroecologia fornece as ferramentas para a consolidação de sistemas agrícolas em que a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas resultem de interações ecológicas equilibradas (ALTIERI, 2008). Para tanto, o processo agroecológico visa, por meio da valorização do conhecimento tradicional e local em conjunção com o desenvolvimento científico, a restaurar a saúde ecológica dos solos e ciclos que envolvem um território (ALTIERI, 2008).

A agroecologia se trata, então, de um termo contemporâneo, mas que é fruto de práticas realizadas desde o início da agricultura. Por meio do reconhecimento dos sistemas de produção estabelecidos por camponeses, indígenas e outros grupos tradicionais que sempre cultivaram

seus meios de subsistência, a agroecologia propicia o estabelecimento de sistemas agrícolas que recuperam e preservam a biodiversidade dentro e fora das áreas cultivadas.

A diversidade é, portanto, um elemento fundamental da agroecologia, seja na perspectiva biológica, social ou cultural, sendo seu principal diferencial entre o modelo do agronegócio. Compreendendo o cultivo de alimentos como um resultado da interação e retroalimentação dos diversos reinos dos seres vivos, a agroecologia rompe com os paradigmas da monocultura e da lucratividade acima de tudo impostos pelo sistema agroindustrial.

O agronegócio representa a negação da natureza (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017; DE ASSIS; ROMEIRO, 2002) e estabelece um sistema de produção baseado no monocultivo, na mecanização e na utilização de agroquímicos e de sementes geneticamente modificadas. As consequências desse sistema estão materializadas na expulsão da população rural do campo para as cidades, na destruição da biodiversidade e no aumento da concentração de terras nas mãos de poucos (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017). A agroecologia representa, então, a desconstrução dos conceitos, técnicas e processos impostos pelo agronegócio (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017).

O desenvolvimento da ciência e a descoberta da possibilidade de eliminar o problema do esgotamento dos solos por meio de fertilizantes químicos no século XIX reorientou a inovação tecnológica na agricultura dos conhecimentos empíricos sobre a fisiologia das plantas para a química agrícola (DE ASSIS; ROMEIRO, 2002). Tal movimento, ao coincidir com o avanço do sistema econômico e social capitalista, e o desenvolvimento de agrotóxicos capazes de conter a destruição de plantações por pragas, atingiu o seu ápice entre as décadas de 1950 e 1980. O projeto defendido pela ‘Revolução Verde’ orientou a propagação da produção agrícola com químicos e monocultivos; à época, acreditava-se que tal forma de produzir geraria níveis de produtividade históricos e, assim, o problema da fome mundial seria solucionado.

As gigantescas produções foram, de fato, alcançadas; porém, isso ocorreu somente até 1984, quando começaram a declinar e, apesar dos grandes números, não solucionaram o problema da fome (DE ASSIS; ROMEIRO, 2002) que, por sua vez, ainda atinge cerca de 828 milhões de pessoas no mundo inteiro (FAO *et al.*, 2022), majoritariamente no Sul Global. Essas produções geraram gigantescos lucros — para poucos —, e gigantescos impactos sociais e ecológicos — para muitos —.

Já nos princípios do século XX, começam a surgir questionamentos aos métodos de exploração da natureza do agronegócio; as contradições dos profundos efeitos na biodiversidade são apontadas por diversos estudiosos e impulsionam a formação de movimentos que contestam tal forma de produção (MACHADO; MACHADO FILHO, 2017),

os efeitos da ‘Revolução Verde’ aprofundam tais movimentos, que acabam caminhando para a formulação da agroecologia. Assim, como definido por Machado e Machado Filho (2017), a agroecologia é uma ciência dialética que surge do processo de negação da natureza — agronegócio —, da negação da negação — movimentos contestatórios — e da síntese — agroecologia —, que visa a solucionar a contradição.

Por meio da desconstrução dos conceitos e das técnicas do agronegócio bem como pela utilização de tecnologias que respeitem a natureza, a agroecologia se concretiza como síntese desse processo dialético e que, a partir dela, são desenvolvidas diferentes práticas agrícolas (DE ASSIS; ROMEIRO, 2002). As correntes de produção geradas pelos aspectos teóricos agroecológicos são processos sociais e, portanto, consideram os aspectos territoriais, ecológicos e econômicos em que estão envolvidos. Assim, a agroecologia não é um modelo pronto a ser utilizado pela AUP, mas sim um fundamento teórico e prático que permite a constituição de diversas práticas agrícolas urbanas e periurbanas que confluem com os ecossistemas em vez de destruí-los.

#### 2.4 SEGURANÇA ALIMENTAR OU SOBERANIA ALIMENTAR?

É factível interpretar, em um primeiro momento, os conceitos de ‘segurança alimentar’ e ‘soberania alimentar’ como complementares; porém, apesar da semelhança entre as palavras, as concepções que representam podem ser consideradas como opostas e partem de um processo de disputa em torno das políticas de combate à fome e de formas de produção de alimentos. Enquanto a soberania alimentar defende a perspectiva das agriculturas locais, entre outras distinções a serem abordadas a seguir, o conceito de segurança alimentar permite a elaboração de estratégias benéficas ao modelo do agronegócio mundial.

A concepção de segurança alimentar é envolta, segundo Marques (2010), de uma polissemia que permite interpretações abrangentes e distintas. Com origem nos países do capitalismo central no período pós-guerras mundiais, profundamente marcados pelos efeitos da destruição econômica e social geradas durante os conflitos, a noção de segurança alimentar surge com o objetivo de evitar problemas globais de abastecimento, focando, assim, na administração de reservas mundiais de grãos e no investimento na produção de alimentos considerados estratégicos e na garantia de estoques públicos (MARQUES, 2010).

Outra interpretação possível para o termo é a elaboração de políticas para mitigar a insegurança alimentar permanente ou circunstancial entre parcelas da população. Nesse sentido, existem defesas mais restritas à garantia da alimentação apenas, enquanto outras abrangem a

necessidade de acesso à informação, à educação, à saúde básica, à moradia de qualidade, entre outros aspectos que avançam no sentido de compreender a fome para além da falta de alimentos (ZAAR, 2015).

A primeira definição oficial de segurança alimentar data de 1974, no marco da Conferência Mundial de Alimentação. Concomitante a isso, ocorria a ‘Revolução Verde’ com a grande bandeira do aumento da produção de alimentos por meio da agricultura intensiva com sementes geneticamente modificadas, maquinários agrícolas e agroquímicos. As apostas eram que este modelo possibilitaria a resolução do problema mundial da fome e viabilizaria a segurança alimentar almejada pela Conferência.

Porém, a insegurança alimentar foi agudizada em alguns países e o processo de expansão agrícola, principalmente nas nações mais pobres, evidenciou-se como ineficaz para resolver o problema da fome. É fundamental compreender que o acesso à comida não pode ser resumido ao aspecto da quantidade, e deve abranger, principalmente, a qualidade e a forma como os alimentos são produzidos (MARQUES, 2010). Nesse sentido, a Via Campesina<sup>4</sup> elaborou, em 1996, a concepção de soberania alimentar.

Baseada em uma crítica ao sistema capitalista e apontando-o como o grande responsável pelo problema da fome e da pobreza mundial, a concepção é uma contraposição à globalização da economia, aos sistemas agroindustriais, à privatização da natureza e ao uso de agroquímicos e de transgênicos na produção de alimentos (HOYOS; D’AGOSTINI, 2017). A soberania alimentar reivindica a agricultura familiar, a implementação de sistemas agroecológicos, a participação popular na formulação de políticas socioeconômicas e o acesso popular a todos os recursos e insumos necessários à produção, desde terra e água até tecnologia (HOYOS; D’AGOSTINI, 2017).

Ao demonstrar as inconsistências da formulação de segurança alimentar e destacar que as políticas elaboradas a partir dela privilegiam a lógica do lucro e da exploração da natureza, e que, como consequência, agravam a fome e as desigualdades globais, a Via Campesina aponta a soberania alimentar como um contraponto fundamental para a priorização de uma outra visão sobre “o que, como e onde produzir” (ZAAR, 2015). Nesse sentido, como destaca Zaar (2015), legitimar qualquer uma destas noções significa defender um modelo de desenvolvimento, um

---

<sup>4</sup> “Movimento internacional fundado em 1993, visando a unificar camponeses, trabalhadores sem-terra, povos indígenas, pastores, pescadores, trabalhadores rurais migrantes, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e jovens camponeses de todo o mundo. Construído sobre um sólido senso de unidade e solidariedade, defende a agricultura camponesa para a soberania alimentar” (definição do site da Via Campesina, tradução livre).

representado pelo agronegócio e a produção de commodities, outro pela agricultura familiar e valorização de sistemas alimentares locais.

Assim, ao compreender a agricultura urbana e periurbana contemporânea como formas de sobrevivência e resistência aos períodos de crises socioeconômicas, e ao desenvolvimento de cidades marcadas pelo êxodo rural e por desigualdades diversas, a noção de segurança alimentar não é capaz de representar um modelo de desenvolvimento alinhado com a AUP. É a soberania alimentar, ao centralizar a garantia de alimentação saudável e diversificada para a população mundial em conjunto com a reivindicação das reformas agrárias, dos sistemas locais e tradicionais de produção, e da proteção e recuperação dos biomas, a noção possível para embasar a agricultura urbana e periurbana popular e agroecológica.

## 2.5 EM BUSCA DA SOBERANIA ALIMENTAR POR MEIO DA AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA

As práticas de cultivo de alimentos em cidades no mundo contemporâneo são, majoritariamente, respostas de populações afetadas pela fome e desigualdade socioeconômica, inseridas em locais com marcas profundas de desigualdades de classe, gênero e raça e pela destruição ecológica. Estabelecidas em terrenos frequentemente abandonados ao descarte de lixo e cercadas pela poluição do solo, das águas e do ar, as hortas urbanas enfrentam o grande desafio de proporcionar algum nível de atenuação à insegurança alimentar e, ao mesmo tempo, reconectar os processos ecológicos e sociais em territórios marcados pela intensa urbanização (FLORES, 2007).

Diante desse cenário, as iniciativas de agricultura urbana e periurbana costumam ser respostas desesperadas, fazendo com que a prática, muitas vezes, não esteja alicerçada em discussões teóricas e metodológicas. Porém, cabe ao campo de políticas públicas fomentar tais discussões para viabilizar a consolidação de formas de produção agrícola urbana compatíveis com as peculiaridades de cada território e que gerem os melhores impactos sociais, econômicos e ecológicos possíveis. Dessa forma, considerar a ciência da agroecologia e a noção de soberania alimentar como pilares fundamentais para políticas de AUP é fundamental para localizar qual a compreensão da sociedade atual e qual projeto de futuro estão inseridos no debate.

A agroecologia, enquanto uma ciência que instrumentaliza diversas formas de produção agrícola e que objetiva a recuperação e proteção da biodiversidade dos territórios, permite que os cultivos urbanos possam ser realizados com pouca ou nenhuma utilização de agroquímicos,

itens que não são de fácil acesso financeiro e logístico para agricultores urbanos. O incentivo a práticas de AUP com bases agroecológicas rompe com possíveis dependências de fertilizantes e agrotóxicos, diminui os custos envolvidos na produção, evita a erosão de solos já muito afetados e, principalmente, potencializa a recuperação ambiental das cidades.

Os impactos ecológicos positivos possíveis na AUP ocorrem apenas se essa estiver relacionada com práticas ecológicas e que vão na contramão da destruição ambiental (ALMEIDA; COSTA, 2014). Ao utilizar-se da agroecologia, a AUP é capaz de modificar completamente as interações ecológicas do ambiente urbano pois, como colocado por Altieri (2008), “quando a biodiversidade é restituída aos agroecossistemas, numerosas e complexas interações passam a estabelecer-se entre o solo, as plantas e os animais.” (ALTIERI, 2008, p. 24).

Além disso, as práticas da agroecologia resultam na produção de alimentos sem veneno, mais saudáveis e diversificados, fator que atua em consonância com a reivindicação de garantir não apenas quantidade, mas, também, qualidade, presente na formulação de soberania alimentar. A megalomania produtiva viabilizada pelo agronegócio demonstrou que esse não é o caminho para solucionar o problema da fome, muito menos da desnutrição. Assim, o paradigma da soberania alimentar estabelece um programa com bases que podem ser utilizadas pela AUP. A defesa pelo acesso popular à terra e à tecnologia, pelo estabelecimento de sistemas agroecológicos que recuperem e preservem a natureza e pela democratização da produção e consumo são aspectos fundamentais da concepção de soberania alimentar, que precisam ser defendidos e perseguidos também pelas políticas de AUP.

### 3 A EXPERIÊNCIA CUBANA

O objetivo deste capítulo é compreender as origens do Programa Nacional de Agricultura Urbana, Periurbana e Familiar de Cuba, a sua estrutura e os impactos já identificados pela literatura. Para tanto, examina-se os aspectos centrais da formação política e econômica de Cuba, a conjuntura socioeconômica que impulsionou a criação da política de AUP e, então, são apresentadas as características e os impactos da política.

#### 3.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO: DEPENDÊNCIA EXTERNA E A CRISE DOS ANOS 1990

Localizada entre as ilhas do Caribe e próxima das Américas do Sul, Norte e Central, Cuba sempre esteve condicionada por suas particularidades geográficas. Sua posição foi fundamental para a colonização espanhola ao permitir o controle da entrada do Golfo do México a partir do Estreito da Flórida e estabelecer o Porto de Havana como ponto de parada obrigatório às frotas que cruzavam o Atlântico. Também foi seu principal atrativo para as investidas de anexação pelos estadunidenses, que a consideravam uma “fronteira natural” (CASONI, 2019) e vital para a segurança do país. E, também, foi elementar para os investimentos soviéticos na ilha após a Revolução de 1959, que almejavam consolidar o país como um “paraíso socialista” (VASCONCELOS, 2016), em contraposição ao mundo capitalista dos Estados Unidos.

Portanto, a história de Cuba é profundamente marcada por interesses geopolíticos de outros países, que geraram a dependência externa socioeconômica e política, e conformaram a realidade cubana ao longo dos séculos. Assim, considera-se necessário realizar uma breve síntese dos processos históricos em Cuba para, após, a crise de 1990 ser contextualizada.

##### 3.1.1 A colonização espanhola e o neocolonialismo estadunidense

A chegada de espanhóis ao território hoje chamado de Cuba data de 1492, mas a invasão colonizadora iniciou, de fato, em 1511 com Diego Velásquez (GASPARIN; RAMOS; BILLIG, 2021). Durante cerca de três séculos — XVI, XVII e XVIII —, Cuba não desenvolveu grandes atividades econômicas e produtivas, e concentrou-se em atividades portuárias, criação de gado em latifúndios e cultivo de alimentos para subsistência em pequenas propriedades. É apenas no século XIX que há uma transformação fundamental no papel de Cuba dentro da ordem colonial (CASONI, 2019).



Neste período, ocorreu a expansão da produção de açúcar fundamentada no escravismo, na concentração fundiária e na modernização tecnológica. O “século do açúcar e da escravidão” (CASONI, 2019) é o ponto de partida da centralidade do açúcar na economia cubana, aspecto que perdurou até fins dos anos 1980. Os lucros coloniais com o novo modelo de produção em Cuba foram imensos e ainda mais acentuados com o processo de desagregação do império espanhol em todo resto do continente, fazendo a metrópole preservar a ilha como colônia de todas as formas possíveis (CASONI, 2019).

A expansão econômica e produtiva de Cuba possibilitou o avanço das relações comerciais entre a ilha e seu vizinho gigante, Estados Unidos, que rapidamente alcançou o posto de principal parceiro comercial. Ao longo do século XIX, grandes empresários estadunidenses tomaram conta do comércio de exportação cubano, ao ponto que, em 1895, já monopolizavam a compra de açúcar bruto e até 95% do produto refinado era destinado ao mercado norte-americano (CASONI, 2019). Assim, a burguesia da ilha tornou-se totalmente dependente da potência vizinha, e o sistema colonial, sustentado pela exploração de uma massa de pessoas negras escravizadas<sup>5</sup> sufocava a dinamização da economia e o avanço das condições de vida da população cubana.

A partir da metade do século XIX, a ordem colonial passou a ser desgastada por crises econômicas e revoltas em busca da independência que, apesar de não alcançarem seu objetivo, movimentaram profundamente a sociedade. Na reta final do século, a luta pela independência ganha nova força com um exército rebelde contrário tanto ao domínio colonial quanto ao controle estadunidense que deflagrou luta armada contra Espanha em 1895 (CASONI, 2019). Com grande apoio popular, especialmente da população negra e pobre, os confrontos se encaminharam para um resultado favorável à independência e, neste momento de possível vitória dos rebeldes, os Estados Unidos decidiram intervir na guerra e estabeleceram, em 1898, uma ditadura militar em Cuba que acabou de vez com a ocupação espanhola no Caribe e viabilizou, por fim, a dominação formal norte-americana sobre Cuba.

Dessa forma, em vez de independência, o fim do domínio espanhol em Cuba representou, na verdade, apenas uma troca de metrópole (CASONI, 2019). A transição que realmente aconteceu foi a do colonialismo da Espanha para o neocolonialismo estadunidense<sup>6</sup> e a primeira metade do século XX em Cuba foi marcada por intervenções militares dos EUA,

---

<sup>5</sup> Em 1841, 436 mil escravizados residiam em Cuba, equivalente a 45% da população total (CASONI, 2019).

<sup>6</sup> Segundo Fernandes (2012), a diferença é que, no modelo neocolonial, a dominação é realizada de forma indireta e descentralizada (FERNANDES, 2012, p.80, apud CASONI, 2019, p. 45).

profunda dependência econômica e governos com instabilidade política tutelados pela potência externa.

A intervenção militar iniciada em 1898 terminou em 1902 por meio da Emenda Platt, que também formalizou a subjugação neocolonial. A emenda estabeleceu que, para se ver livre da intervenção, Cuba não celebraria nenhum tratado com outro país sem a concordância estadunidense, reconheceria o direito dos Estados Unidos a intervir militarmente em seus assuntos internos e concederia o direito dos EUA de estabelecer bases militares permanentes na ilha (VASCONCELOS, 2016; CASONI, 2019). A partir de então, diversos tratados comerciais foram firmados entre Cuba e Estados Unidos, e os empresários estadunidenses compravam cada vez mais espaços nos setores produtivos cubanos.

Enquanto, em 1958, as propriedades estadunidenses em Cuba representavam cerca de 40% da produção açucareira, 90% dos serviços de eletricidade e telefonia, 50% das ferrovias e 23% das indústrias não açucareiras (VASCONCELOS, 2016), a população cubana vivia um longo período marcado pela estagnação econômica, desemprego<sup>7</sup> e, a partir de 1952, a ditadura violenta e brutal de Fulgêncio Batista.

Qualquer projeto de emancipação nacional de Cuba não seria viabilizado por suas classes dominantes, já que a profunda dependência econômica do imperialismo estadunidense as submetia a todos os aspectos da dominação estadunidense. Segundo Casoni (2019), a conjuntura que impedia o desenvolvimento econômico da ilha e as crises políticas provocaram a crise da ordem neocolonial (CASONI, 2019). Nesse contexto, o projeto de libertação nacional, que já havia lutado pelo fim da dominação espanhola, se organizava agora para pôr fim ao domínio estadunidense e à ditadura de Batista.

### **3.1.2 A Revolução de 1959**

Em 26 de julho de 1953, 20 anos após o início do cenário de profunda crise nacional, ocorre o ataque armado ao Quartel Moncada, considerado o ato inaugural do processo da Revolução Cubana em 1959. Entre os prisioneiros do ataque ao quartel estava Fidel Castro, que ganhou força como líder do Movimento 26 de julho (M-26-7) e defendia um programa baseado no igualitarismo e na soberania nacional (VASCONCELOS, 2017).

---

<sup>7</sup> A produção de açúcar estabelecia uma grande quantidade de empregos temporários: cerca de 25% dos trabalhadores só tinham emprego durante a época de safra. Entre 1956 e 1957, o desemprego médio durante a safra foi de 9%, enquanto no resto do ano atingiu 20% da população (CASONI, 2019).

O movimento dava continuidade às lideranças da independência, Antonio Maceo e José Martí, ao defender a insurreição armada como o único caminho viável para a libertação cubana. A guerrilha surge “em um momento avançado da decomposição da sociedade neocolonial” (FERNANDES, 2012, apud CASONI, 2019) e conta com o apoio das classes urbanas e camponesas mais pobres e até de alguns setores burgueses que desaprovam a violência da ditadura Batista (CASONI, 2019).

Em 1958, a ofensiva revolucionária ganhou força e tomou conta de diversos pontos estratégicos do país, cercando o então ditador que, já enfraquecido e sem apoio estadunidense, renunciou à presidência na madrugada de 1º de janeiro de 1959. Em 02 de janeiro de 1959, o Exército Rebelde toma o poder com Fidel Castro como primeiro-ministro, demarcando que esse processo não sofreria intervenção norte-americana como em 1898 (CASONI, 2019).

Após a tomada de poder revolucionária, os setores produtivos foram, em sua maioria, nacionalizados. Houve duas reformas agrárias, a primeira ainda em 1959 e a segunda em 1963, resultando na transferência de 60,1% do controle das terras para o setor estatal e o restante para pequenas propriedades privadas (VASCONCELOS, 2017). A industrialização passou a ser ativamente fomentada: entre 1960 e 1963, US\$ 850 milhões foram investidos no setor industrial cubano, valor próximo ao que os Estados Unidos haviam aplicado no país ao longo de 50 anos (CASONI, 2019).

Os impactos sociais são de importância ainda maior: a ilha erradicou o analfabetismo em menos de 2 anos do início do governo revolucionário; houve uma reforma urbana que reduziu os aluguéis pela metade, além da construção de milhares de moradias para as famílias mais pobres; as áreas de saúde e educação pública receberam investimentos em massa. Assim, as condições de vida dos cubanos e das cubanas passaram por profundas mudanças positivas (CASONI, 2019).

Todos esses processos foram realizados em um espaço de tempo consideravelmente curto para um território que ainda vivia tempos de profunda dependência externa e produção primária de herança colonial. Mesmo assim, após a vitória dos revolucionários, os governos estadunidenses passaram a aplicar violentos bloqueios econômicos que, além de impedir trocas comerciais com os EUA –, à época, o principal parceiro comercial de Cuba –, impossibilitaram negócios com todo o mundo capitalista, empurrando, de forma inevitável, ao fortalecimento das relações com os países socialistas, especialmente a União Soviética (VASCONCELOS, 2016).

### 3.1.3 Relação com a União Soviética e a crise de 1990

A imposição dos bloqueios econômicos pelos Estados Unidos afetou profundamente a exportação e a importação, bem como a própria produção, pois 50% dos insumos agrícolas eram importados (VASCONCELOS, 2016). Diante desse contexto, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), principal opositora dos Estados Unidos no mundo da Guerra Fria, surge como um parceiro comercial fundamental para a sobrevivência do processo inaugurado em 1959. Além do comércio, as trocas ideológicas entre os países e as dinâmicas do processo revolucionário encaminharam o desenvolvimento da revolução “no sentido da ruptura completa com o sistema capitalista” (CASONI, 2019, p. 71), tornando Cuba um país socialista, intenção que nem era mencionada no programa inicial do M-26-7 (VASCONCELOS, 2017).

Assim, a relação com o bloco socialista permitiu que Cuba escoasse a sua produção, importasse alimentos, combustíveis e matérias primas e, principalmente, garantiu investimentos essenciais para o desenvolvimento econômico e social da ilha. Em 1961, 72% do açúcar exportado era destinado aos países socialistas (VASCONCELOS, 2016). Para os soviéticos, em plena Guerra Fria, colaborar com o sucesso de uma pequena ilha nas margens da grande potência capitalista era importante para fortalecer o substrato ideológico e a disputa da ordem geopolítica mundial. Como apresentado por Vasconcelos (2016):

Interessava à União Soviética transformar Cuba em um pequeno ‘paraíso socialista’, criando condições de desenvolvimento contrastantes com o entorno capitalista subdesenvolvido, que sofria com a segregação social, os constrangimentos externos e tantas outras deformações estruturais. O impacto simbólico deste socialismo caribenho constituiria uma ameaça ao controle estadunidense da América Latina. (VASCONCELOS, 2016, p. 121).

A URSS não apenas comprava o açúcar cubano a um preço estável e, em geral, acima dos preços dos mercados capitalistas, mas era também a principal fonte de financiamento do investimento produtivo da ilha, com concessões de créditos, qualificação técnica e financiamento para inovação tecnológica, aspectos fundamentais para o fortalecimento da industrialização cubana. Porém, segundo Vasconcelos (2017), tal relação que permitiu o estabelecimento do desenvolvimento social foi, concomitantemente, responsável por “reduzir a percepção cubana sobre suas próprias insuficiências” (VASCONCELOS, 2017, p. 347) e o país percebeu as consequências negativas deste processo somente com a queda do bloco soviético.

Apesar de qualitativamente muito distinto da relação com os Estados Unidos no período pré-revolução, o vínculo de Cuba com a URSS gerou uma nova dependência externa (VASCONCELOS, 2016), afinal 98% dos combustíveis, 86% das matérias primas e 63% dos alimentos consumidos pela população cubana eram procedentes do bloco socialista (SORZANO, 2009). O colapso do bloco socialista e a desintegração do Comecon no início da década de 1990 romperam em uma crise profunda na ilha revolucionária. Repentinamente, o parceiro comercial que representava 85% das exportações e importações cubanas em 1987 e era fonte de 80% dos investimentos estrangeiro recebidos havia se desintegrado (VASCONCELOS, 2016).

Após três décadas (1959-1989) de progresso dos índices de acesso à educação, à saúde, à cultura e à renda na ilha, Cuba mergulhou em uma crise socioeconômica profunda. O PIB sofreu um decréscimo de 35% entre 1989 e 1993 (VASCONCELOS, 2017); entre 1989 e 1994, houve queda de 78% das exportações e 73% das importações (SILVA, 2018). A insegurança alimentar também voltou a fazer parte da realidade cubana, já que 63% dos alimentos da população eram procedentes do bloco socialista (SORZANO, 2009); a ingestão de calorias e proteínas caiu neste período em cerca de 30%, aumentando a desnutrição (VASCONCELOS, 2016).

Diante da crise, fase que passou a ser chamada de Período Especial, o governo cubano implantou uma série de estratégias e políticas buscando atenuar os seus efeitos. A priorização de investimentos saiu do setor agrícola e foi para o turismo, além de resoluções de descentralização parcial da economia que permitiram que os trabalhadores pudessem trabalhar de forma autônoma, e a constituição de empresas familiares (SILVA, 2018; GASPARIN; RAMOS; BILLIG, 2021). É neste contexto que a agricultura urbana surge como uma das possibilidades para lidar com os problemas gerados pela crise.

## 3.2 A POLÍTICA DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

### 3.2.1 Histórico

A crise criada pelo cenário de queda do bloco socialista somado ao recrudescimento do bloqueio estadunidense foi marcada pela escassez alimentar, gerada pela dificuldade de importação de gêneros alimentícios, combustíveis para viabilizar o abastecimento, e insumos para a produção. As limitações afetaram, principalmente, as áreas urbanas, onde se concentravam a maior parte da população cubana e as mais distantes das regiões produtoras de

alimentos. A insegurança alimentar provocou o movimento de cultivo de hortaliças, frutas, legumes e animais de pequeno porte por habitantes de regiões urbanizadas.

De forma clandestina ou com autorização de entidades locais, a agricultura urbana foi introduzida na realidade da população cubana sem grandes planejamentos e com poucos recursos e conhecimentos disponíveis. A popularização da prática no início dos anos 1990, principalmente na província de La Habana<sup>8</sup>, incitou o investimento do Estado na agricultura urbana como uma das alternativas para o abastecimento. Assim, a partir de 1994, diversos processos de capacitação e distribuição de terras para o cultivo passaram a ser promovidos (SORZANO, 2009).

Um dos principais elementos da agricultura urbana praticada em Cuba são suas bases agroecológicas, anteriores à própria popularização da AU. Isso porque, em 27 de dezembro de 1987, Raúl Castro, então Ministro das Forças Armadas, após visitar uma unidade militar com canteiros de alface enriquecidos com matéria orgânica, estabeleceu a orientação da generalização deste tipo de produção, chamado de organopônicos (SORZANO, 2015). A determinação criou o Movimento de Organopónicos y Huertos Intensivos, fundamental para a estruturação da agricultura urbana no país já que, perante o quadro imposto pela crise de falta de insumos agroquímicos e sementes modificadas, a metodologia apresentada pela agroecologia foi incontornável. Os métodos agroecológicos não basearam apenas a AU, mas, também, uma grande Revolução Agroecológica (SOSA *et al.*, 2012) em todo sistema de produção de alimentos em Cuba. Além disso, o fortalecimento da agroecologia disseminou a compreensão de que a soberania nacional, pilar do programa revolucionário, só seria alcançada por meio da soberania alimentar (BETANCOURT, 2020).

Em 1997, o movimento de organopônicos, considerando a inclusão de outras atividades produtivas, passou a se chamar Movimento de Agricultura Urbana (CONCEPCIÓN; NODALS; RUÍZ, 2012). Neste mesmo ano, foi criado o Grupo Nacional de Agricultura Urbana no Ministério da Agricultura (MINAG), responsável por organizar essa modalidade de produção (SORZANO, 2015). Desde então, a agricultura urbana é incentivada por meio de investimentos financeiros, legais e políticos.

A agricultura periurbana — chamada de suburbana em Cuba —, faz parte de esforços mais recentes, principalmente após o Decreto Lei 259 de 2008<sup>9</sup> que possibilitou a entrega de

---

<sup>8</sup> A província abrange 15 municípios, incluindo Havana, capital do país, e mais de 2 milhões de habitantes (ONEI, 2020).

<sup>9</sup> Segundo o site do Granma, 4 anos após a lei de 2008, foi promulgado o Decreto Lei 300, que aboliu o Decreto Lei 259 e “assegurou a continuidade da exploração das áreas entregues, estimulou a incorporação, permanência e

terras estatais ociosas para pessoas naturais ou jurídicas visando ao incremento da produção de alimentos (SORZANO, 2015; GRANMA, 2017). A expansão da utilização de terras no entorno de áreas urbanas foi defendida por Raúl Castro, à época presidente de Cuba, como uma necessidade para garantir que os alimentos estejam tão próximos da população que, em caso de falta de combustível, possam ser transportados por tração animal ou pelas próprias pessoas (CASTRO, 2009, p.1 apud SORZANO, 2015, p. 166).

Como exposto no primeiro capítulo deste trabalho, o conceito de agricultura urbana e periurbana ainda está em desenvolvimento e disputa, principalmente em relação aos cultivos nas periferias das cidades, que possuem estruturas e relações com o rural muito diversas em todo o mundo. A agricultura suburbana em Cuba é compreendida como a produção que objetiva o abastecimento alimentar dos municípios por meio do aproveitamento máximo das potencialidades locais (SORZANO, 2015).

A agricultura urbana e periurbana em Cuba é definida como:

A produção de alimentos no perímetro urbano aplicando métodos intensivos, considerando a interrelação humano-cultura-animal-ambiente e as facilidades da infra-estrutura urbana que propiciam a estabilidade da mão-de-obra e a produção diversificada de culturas e animais durante todo o ano, com base em práticas sustentáveis que permitem a reciclagem de resíduos. (MINAG, 2018, p. 14, tradução nossa).

### 3.2.2 Estrutura do programa

O Programa Nacional de Agricultura Urbana, Suburbana e Familiar (PNAU/ASUAF), promovido pelo Ministério da Agricultura desde 2009, é coordenado a partir do Grupo Nacional de Agricultura Urbana, Suburbana e Familiar (GNAU/ASU/AF), integrante de um dos principais institutos de pesquisa do MINAG, o Instituto de Investigações Fundamentais em Agricultura Tropical (INIFAT), o grupo é composto por representantes de diversos ministérios como Educação, Saúde Pública e Meio Ambiente, e de instituições como a Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP) e a Asociación Cubana de Técnicos Agrícolas y Forestales (ACTAF) (FERNANDEZ, 2017; MINAG, 2018).

O Grupo Nacional é responsável pela condução estratégica do movimento, que compreende a direção metodológica de todas as atividades dos subprogramas de agricultura urbana e suburbana e a implementação e controle dos planos produtivos, garantindo a participação popular, em conjunto com os grupos das províncias e municípios. A estrutura do

---

a estabilidade da força de trabalho, bem como o assentamento familiar definitivo.” (GRANMA, 2017, disponível em: <https://pt.granma.cu/cuba/2017-08-24/com-os-pes-na-terra>).

programa conecta a base produtiva com a administração nacional por meio de diversas instituições que objetivam oferecer apoio aos agricultores e agricultoras em relação a novas tecnologias, a variedades de cultivos, à gestão de pecuária, à capacitação e ao controle da produção e distribuição de alimentos (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017).

Como demonstrado na Figura 2, o GNAU/ASU/AF é integrado por 15 instituições científicas, 7 organizações relacionadas com a produção urbana, periurbana e familiar e 6 ministérios, demonstrando o caráter interinstitucional e diversificado que abrange a política de AUP. Os grupos provinciais trabalham em paralelo com os períodos de visitas do grupo nacional e se relacionam diretamente com seus respectivos grupos municipais, granjas urbanas e empresas locais, que realizam o acompanhamento, controle e incentivo permanentes das tarefas delimitadas pelo movimento nodal. A base produtiva que está nos organopônicos, hortos intensivos, semiprotégidos, pátios e lotes familiares participa dos 1.452 conselhos populares existentes, compostos de acordo com as características de cada município e desempenham importante papel para o extensionismo, e são fundamentais para o trabalho das entidades municipais (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017; MINAG, 2018).

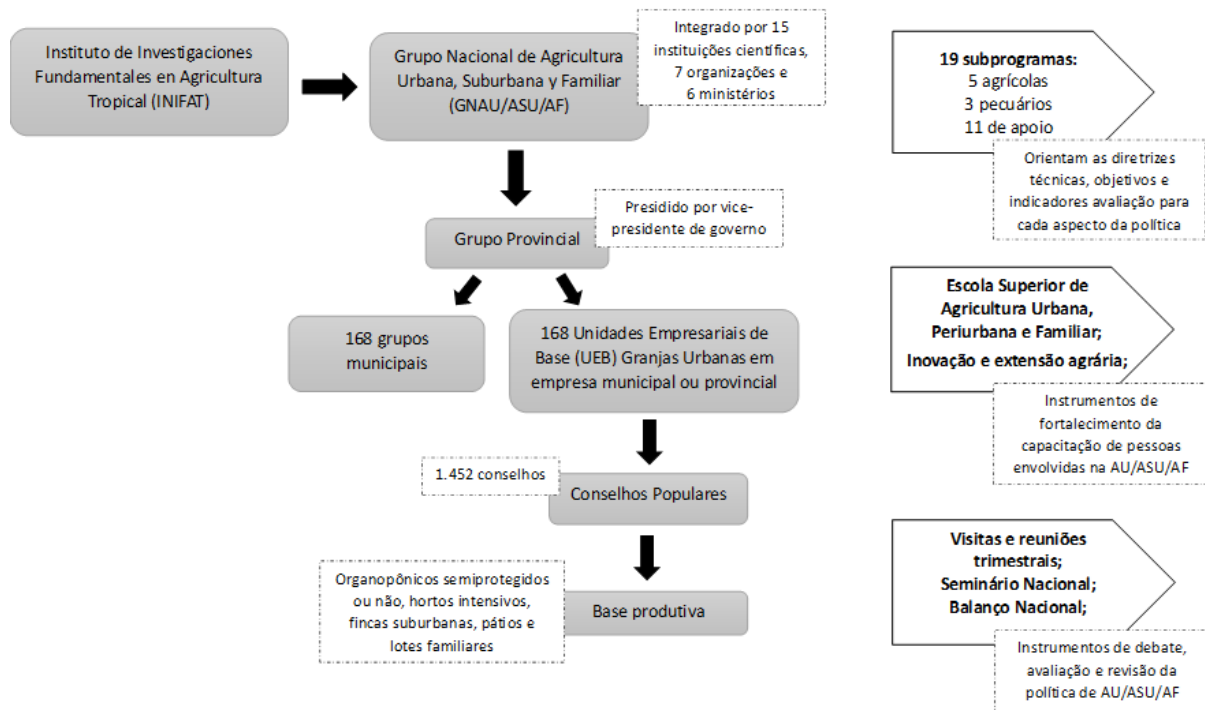
A Escola Superior de Agricultura Urbana, Periurbana e Familiar é um dos pilares da capacitação técnica da política nacional e está responsável pela articulação com os grupos provinciais e municipais visando ao fortalecimento de ações de extensão e pelo desenvolvimento da inovação criada nas bases produtivas, fazendas de sementes, pequena agroindústria e outros locais relacionados com a AU/ASU/AF (MINAG, 2018). O extensionismo é a principal ferramenta de capacitação popular do programa e é o que possibilita que agricultoras e agricultores atuem como protagonistas da AU/ASU/AF (HERNÁNDEZ, 2006; COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017). Da grande rede que compõe a infraestrutura extensionista, os Consultorios-Tienda del Agricultor (CTA) existem como componente básico, estão localizados em espaços centrais da concentração e movimento populacional dos municípios ou conselhos populares e oferecem serviços técnicos especializados, além de comercializarem sementes, mudas, fertilizantes orgânicos, ferramentas, entre outros insumos necessários à produção (MINAG, 2018).

Trimestralmente, representantes do Grupo Nacional realizam visitas aos territórios, conformando 4 ciclos anuais que objetivam saber como está funcionando a implementação da política, os problemas enfrentados localmente, a adequação com os padrões fitossanitários e agroecológicos e as inovações desenvolvidas na base produtiva. Essas visitas possibilitam um acúmulo de informações que embasam as estratégias de capacitação para cada município e



província e, também, a avaliação geral e possíveis revisões da política a serem realizadas nos balanços e seminários nacionais (MINAG, 2018).

Figura 2 - Estrutura do Programa Nacional de Agricultura Urbana, Suburbana e Familiar



Fonte: produzida pela autora com base nos dados de MINAG (2018).

O Programa Nacional de Agricultura Urbana, Periurbana e Familiar possui 19 subprogramas que orientam as diretrizes técnicas, objetivos e indicadores de avaliação para cada elemento da produção urbana, periurbana e familiar. Atualmente, são 5 subprogramas agrícolas, 3 pecuários e 11 de apoio. Em 2017, havia 29 subprogramas (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017), as avaliações nacionais compreenderam ser necessário a diminuição do número de subprogramas, objetivando fortalecer e dar maior integralidade a eles (MINAG, 2018).

Os subprogramas que abrangem agricultura urbana e/ou periurbana estão demonstrados na Figura 3. Cada subprograma possui objetivos delineados a partir das considerações realizadas em cada Balanço Nacional, além de metodologias e indicadores de avaliação próprios que são aplicados nas bases produtivas, nos municípios e nas províncias e, dependendo do subprograma, a metodologia tem dimensões diferentes para a AU e ASU<sup>10</sup>. Em geral, os

<sup>10</sup> Subprogramas que fazem essa diferenciação: Sementes; Uso e Manejo da Água; e Árvores frutíferas, silvicultura, café e cacau (MINAG, 2018).

subprogramas são estabelecidos para tornar possível a melhor utilização do trabalho dos(as) agricultores(as) urbanos(as), o manejo agroecológico dos solos, insumos e resíduos, a diversificação e incremento da produção de alimentos frescos e, também, de produtos alimentícios duráveis, e a adequação a padrões técnicos e sanitários nos processos produtivos, especialmente de carne, leite e ovos.

Figura 3 - Nomes dos subprogramas da agricultura urbana e periurbana e a área de avaliação

	<b>Tipo</b>	<b>Agricultura urbana</b>	<b>Agricultura periurbana</b>
<b>Subprogramas agrícolas</b>	Hortaliças e condimentos frescos	X	X
	Plantas medicinais e condimentos secos	X	X
	Árvores frutíferas, silvicultura, café e cacau	X	X
	Grãos		X
	Flores e plantas ornamentais	X	X
<b>Subprogramas pecuários</b>	Aves	X	X
	Suínos		X
	Gado de pequeno porte (coelhos, ovelhas, cabras)	X	X
<b>Subprogramas de apoio</b>	Funcionamento, controle e logística	X	X
	Sementes	X	X
	Manejo agroecológico de pragas	X	X
	Saúde e produção animal	X	X
	Pequena agroindústria	X	X
	Capacitação	X	X
	Comercialização	X	X
	Solos e fertilizantes orgânicos	X	X
	Uso da terra		X
Pátios e lotes	X	X	

Fonte: produzida pela autora com base nos dados de MINAG (2018).

A visualização da estrutura do PNAU/ASU/AF permite concluir que o programa compreende as múltiplas potencialidades da agricultura urbana e, por isso, articula suas ações com entidades estatais e da sociedade de áreas diversas, além de valorizar os conhecimentos científicos, populares e tradicionais. Os impactos da AUP, a serem apresentados no próximo subcapítulo, demonstram como esses aspectos são fundamentais nos resultados alcançados.

### 3.3 RESULTADOS DA AUP CUBANA

A agricultura urbana e periurbana é multifacetada tanto nas suas formas de produção quanto em seus efeitos, como já destacado no capítulo anterior. Nesta seção, apresentaremos

informações sobre os impactos da AUP na vida da população cubana após a popularização da prática nos anos 1990.

### 3.3.1 Dimensões territoriais e produtivas

A agricultura urbana, periurbana e familiar em Cuba abrange cerca de 2 milhões de hectares (ha), segundo Elizabeth Peña Turruellas, atual diretora nacional da Agricultura Urbana, Suburbana e Familiar (CUBADEBATE, 2022). Desses, 12.640 hectares são dedicados à produção de hortaliças, representando 11m<sup>2</sup> por habitante (CUBADEBATE, 2022). Desses, 2.286 ha são organopônicos, 3.067 ha são hortos intensivos, 405 ha são organopônicos semiprotégidos, 5.218 ha são “parcelas tecnificadas” e 351 ha são casas rústicas (MESA REDONDA, 2022). Além disso, existem mais de 500 mil pátios e lotes familiares produtivos (MINAG, 2018). Em Havana, as 97 hortas urbanas contabilizadas até o final de 2014 ocupavam quase 40 mil hectares, isto é, metade da superfície da capital (ALVES; SILVA, 2015). Ademais, a produção de sementes é um aspecto importante da política cubana: existem 147 fazendas municipais de sementes que permitem a substituição de importações de diversos cultivos (MESA REDONDA, 2022).

A produção urbana de alimentos cresceu cerca de 300% entre 1992 e 2000 (GONÇALVES, 2014) e as hortaliças representam o principal produto da AUP cubana. Em 1994, foram cultivadas 44 mil toneladas de grãos, hortaliças, cítricos e frutas, número que se expandiu para 128 mil toneladas em 1998 (HERNÁNDEZ, 2006). Mais recentemente, dados apontam que os organopônicos, semiprotégidos ou não, e hortos intensivos estabilizaram uma produção anual de 1 milhão de toneladas de hortaliças e condimentos frescos, não incluindo as produções de lotes, pátios e hortas caseiras (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017; MINAG, 2018). Além disso, anualmente se produzem cerca de 146 mil toneladas de frutas apenas em pátio e lotes familiares, e, na produção de animais, os níveis alcançados anualmente são de mais de 39 mil toneladas de carne (porcos, caprinos, coelhos, aves), 787 mil litros de leite de cabra e 216 milhões de ovos (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017).

Segundo o documento “Criar Cidades Mais Verdes”, produzido pela FAO (2012), a horticultura urbana responde por 60% da produção hortícola do país (FAO, 2012). O consumo dos alimentos produzidos é direcionado, principalmente, para o consumo da população e consumo social em equipamentos públicos, como hospitais, escolas e creches. Dados apontam que, em 2013, 60% da produção foi destinada ao consumo da população, 37% ao consumo

social e 3% para o autoconsumo dos produtores, sem a contabilização da produção nas hortas familiares (SORZANO, 2015).

### 3.3.2 Dimensões sociais

A produção de alimentos na AUP não é, obviamente, a única responsável pelo acesso à alimentação de qualidade e à garantia da soberania alimentar do povo cubano, que ainda passa por dificuldades derivadas do bloqueio econômico. Porém, seus impactos são importantes: entre 1992 e 2000, as crianças passaram a consumir quatro vezes mais vegetais em comparação aos 10 anos antecedentes (GONÇALVES, 2014); o consumo per capita de frutas e hortaliças pelos cubanos ultrapassa 400g/dia, mínimo recomendado pela FAO e Organização Mundial da Saúde (OMS) e alcançado por poucos países do Sul Global (FAO, 2012).

A política de AUP em Cuba envolve atividades relacionadas à produção, à distribuição e à transformação de alimentos, bem como a atividades de produção de fertilizantes orgânicos e outros insumos produtivos. Nesse sentido, o fomento ao conhecimento técnico e ao interesse em atividades profissionais na AUP foram basilares para a expansão da política e para a geração de empregos. Em 2000, havia cerca de 201 mil trabalhadores em atividades de agricultura urbana e periurbana, que se tornaram 326 mil em 2002, e 384 mil em 2005 (SORZANO, 2009; SORZANO, 2015). Apenas em Havana, são mais de 22 mil pessoas trabalhando com AUP (SANTANDREU, 2010). Além disso, as produções em pátios e lotes familiares envolvem cerca de 1 milhão de pessoas (MINAG, 2018).

A inserção de mulheres e jovens é outro impacto relevante na geração de empregos. Segundo Companioni, Rodríguez-Nodals & Sardiñas (2017), dos mais de 300 mil empregos gerados, por volta de 22% são ocupados por mulheres e 26% por jovens, tornando a agricultura urbana e periurbana um instrumento de inserção social e combate à desigualdade de gênero (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017). Em relação à juventude, cabe destacar que existem mais de quatro mil círculos de interesse realizados em escolas primárias para cultivar o conhecimento e curiosidade sobre o setor agrícola e incentivar o “amor à natureza” (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017, p. 95).

O investimento em capacitação e apoio técnico é um dos pilares da política organizada pelo INIFAT: estima-se que existam mais de 44 mil técnicos médios e 10 mil universitários envolvidos no campo da AUP. Como citado anteriormente, o caráter de fortalecimento do extensionismo e a Escola Superior de Agricultura Urbana e Suburbana são fatores fundamentais para consolidar a capacitação (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017).

### 3.3.3 Dimensões ecológicas

A revolução agroecológica no sistema agroprodutivo de todo país contribuiu para a mitigação da ruptura metabólica na agricultura cubana, maximizando a produção concomitante à minimização do uso de agroquímicos, diferentemente de todos os países da América Latina e Caribe após 1991 (BETANCOURT, 2020). Nesse sentido, embora o fortalecimento da agricultura urbana, periurbana e familiar em Cuba seja parte de um processo de combate à situação de insegurança alimentar e busca de soberania alimentar, a sua implementação com bases agroecológicas propiciaram relevantes impactos ambientais, especialmente diante da conjuntura atual de emergência climática.

Entre 2007 e 2017, mais de 5 mil focos de poluição gerados por lixões, lotes abandonados e outros foram convertidos em locais de cultivo sustentável de alimentos (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017). Cerca de 8,5 milhões de toneladas métricas de fertilizantes orgânicos são produzidos anualmente, estabelecendo produções sem veneno e que utilizam seus resíduos de forma ecológica (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017). O desenvolvimento científico e produtivo da AUP agroecológica permitiu, também, o resgate, a disseminação e a proteção de diversas espécies locais, assegurando a diversidade alimentar e ecológica (SORZANO, 2009).

A agroecologia possibilita a exploração de milhares de hectares com controle de pragas sem a utilização de pesticidas químicos, além de evitar o custo de, aproximadamente, 50 milhões de dólares americanos em importação de insumos produtivos (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017).

O uso e manejo de água também configuram importante papel nos impactos ecológicos. O subprograma do PNAU/ASU/AF para esse aspecto busca viabilizar a alta eficiência da utilização e garantir a qualidade da água em épocas de chuva e, em períodos de seca, a aplicação de práticas de captura e conservação de água (MINAG, 2018). O programa contribuiu para a existência de mais de 10 mil hectares de pequenas e médias unidades produtivas com sistemas que economizam água (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017).

Dessa forma, é possível compreender a diversidade dos impactos gerados pela agricultura urbana e periurbana, principalmente quando existem esforços por meio de políticas públicas para isso. Capaz de impactar no combate à insegurança alimentar e nutricional, na geração de empregos e capacitação profissional, na inclusão de grupos socialmente marginalizados, e na recuperação ambiental, gestão de resíduos e preservação da biodiversidade

— especialmente quando aplicada com bases agroecológicas —, a AUP conforma novas formas de pensar o urbano e rural.

## 4 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O objetivo deste capítulo é apresentar um panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil, no sentido de identificar os atores que promovem as experiências existentes, os territórios em que ocorrem, e as legislações que alicerçam as práticas. Além disso, procura-se pontuar, a partir da exposição, os potenciais e os desafios da AUP no Brasil, fundamentais para amparar a análise sobre as possíveis referências da experiência cubana, como proposto neste trabalho.

### 4.1 NÍVEL NACIONAL

A década de 1990 foi marcada pelo fortalecimento dos debates internacionais em torno da agricultura urbana e periurbana. Diferentemente das políticas para abastecimento do período das grandes guerras no Norte Global no século XX, a nova expansão foi motivada pela situação de insegurança alimentar nos países do capitalismo periférico, especialmente América Latina e África, e pelo avanço do debate ambiental e desenvolvimento sustentável (KUHN; RORATO; MELLO, 2019). As agências de cooperação e organização internacionais adotaram a AUP como uma via de recuperação ambiental, de construção de cidades mais verdes e de combate à fome nos centros urbanos (KUHN; RORATO; MELLO, 2019).

No contexto brasileiro, o avanço das práticas de AUP esteve relacionado ao fomento internacional em conjunto com a municipalização das políticas públicas e ao estabelecimento de canais de participação popular na ação governamental nas duas últimas décadas do século XX (COELHO *et al.*, 2022). Porém, é no período da priorização de políticas de combate à fome promovida no primeiro mandato de Lula, em 2003, eixo principal do programa político do petista (VASCONCELOS *et al.*, 2019), que a AUP recebeu maior investimento e atenção pública a nível nacional.

O Programa Fome Zero, criado em 2003, foi o primeiro passo para o impulsionamento da criação de hortas comunitárias a nível nacional, em conjunto com outras políticas de promoção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (KUHN; RORATO; MELLO, 2019). Concomitantemente, a elaboração e a implementação de uma política nacional de SAN e de AUP era pautada pelas organizações, conselhos, órgãos estatais e movimentos sociais envolvidos na luta pela segurança alimentar e nutricional.

O Decreto nº 7.272/2010, que instaurou a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabeleceu que, dentre os temas a serem incluídos no primeiro Plano

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o “fortalecimento da agricultura familiar e da produção urbana e periurbana de alimentos” (BRASIL, 2010, art. 22, inciso V) deveria ser um campo de elaboração de políticas, programas e ações.

Em 2018, a Portaria nº 468 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, um marco legal que poderia representar grande avanço no fortalecimento da AUP brasileira. Porém, a sua instituição ocorreu já em um contexto de desmonte das políticas de SAN (VASCONCELOS *et al.*, 2019; SANTOS, 2021), inviabilizando qualquer política de AUP a nível nacional.

Dessa forma, apesar dos incentivos por meio do Programa Fome Zero e dos marcos legais gerados pela PNSAN e da portaria do MDS de 2018, ainda não é possível concluir que existiram, de fato, esforços políticos e orçamentários suficientes para viabilizar uma política de agricultura urbana e periurbana que abarque sua multifuncionalidade a nível nacional. Segundo Rosa (2011), o Brasil sofre uma grande lacuna legislativa em relação a orientações e diretrizes gerais para AUP, em que a maior parte das atividades ocorre por meio de esforços isolados, não sendo a AUP valorizada como uma “fonte emancipadora” das condições de fome e pobreza que de fato é (ROSA, 2011).

No que tange às formas como a AUP é praticada nos territórios, a pesquisa “Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras”, publicada em 2007, por Santandreu e Lovo e promovida pelo MDS à época, foi a primeira investigação a nível nacional sobre AUP e objetivou subsidiar a elaboração de uma política nacional. Os pesquisadores buscaram identificar quantitativa e qualitativamente as experiências de agricultura urbana e periurbana em 11 aglomerados metropolitanos brasileiros<sup>11</sup> (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Na primeira etapa da investigação, foram verificadas 635 iniciativas e as atividades desenvolvidas, divididas em 5 categorias: produção, coleta ou extrativismo vegetal; produção animal; produção de insumos<sup>12</sup>; atividades de comercialização; transformação<sup>13</sup>; e serviços<sup>14</sup> (SANTANDREU; LOVO, 2007). Entre o total das identificadas, os pesquisadores se debruçaram em 160 iniciativas realizadas em 52 municípios para examinar o perfil das pessoas

---

<sup>11</sup> Os aglomerados foram divididos em três regiões: Sul e Sudeste — Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) —; Centro-Oeste — Brasília (DF) e Goiânia (GO) —; Norte e Nordeste — Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA) (SANTANDREU; LOVO, 2007).

<sup>12</sup> Como sementes, mudas, fertilizantes orgânicos e reaproveitamento de resíduos (SANTANDREU; LOVO, 2007).

<sup>13</sup> Relacionada com a “possibilidade de incorporar valor ao produto final” (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 6).

<sup>14</sup> Como atividades que envolvam pesquisa, capacitação, geração de tecnologias, assessorias e créditos locais (SANTANDREU; LOVO, 2007).



e atores envolvidos, as tecnologias utilizadas e os desafios para a realização das atividades (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Assim, foi demonstrado que a maior parte das iniciativas desenvolviam atividades de produção de vegetais e, em menor quantidade, mas ainda relevante, a produção de animais como galinhas, porcos, cabras e, no caso de experiências nas regiões Norte e Nordeste, abelhas, camarões e peixes. O foco principal das iniciativas era o autoconsumo, mas atividades de comercialização em feiras orgânicas e tradicionais, vendas diretas no local ou por entregas em domicílio, também representavam uma porção importante das atividades realizadas. A prestação de serviços era relevante entre as atividades desenvolvidas; já a transformação de produtos de forma semi-industrial ou artesanal era minoritária — apenas 66 iniciativas do levantamento inicial —.

Em relação aos agricultores urbanos e periurbanos, as mulheres de baixa renda e com poucos anos de escolaridade eram maioria entre as pessoas engajadas em iniciativas intraurbanas, enquanto a atividade periurbana era realizada, majoritariamente, por homens de renda média-alta. É relevante mencionar que as iniciativas de AUP nas regiões Norte e Nordeste possuíam forte presença de pessoas negras. Além disso, as experiências de AUP são promovidas por uma diversidade de atores: Governo Federal, gestões estaduais e municipais, universidades, ONGs, movimentos sociais e até o setor privado.

Esta multiatorialidade é reflexo da participação limitada dos poderes governamentais, como destacado por Rosa (2011):

O poder público mostra ser o calcanhar de Aquiles da efetivação da AUP no Brasil. É quase impossível encontrar um programa de governo que articule produção, transformação e comercialização, podendo caracterizar uma política de integração. A regra é de insegurança quanto à continuidade das ações de governo. Em contraste, a maior parte das iniciativas identificadas no Panorama de AUP no Brasil são de ações permanentes, projetos e programas em que o agente de destaque é a sociedade civil e envolvem partes de uma cadeia produtiva. Ao agricultor cabe ser atendido por alguma política assistencialista ou se autofinanciar. (ROSA, 2011, p. 15).

E, também, das distintas formas e características das iniciativas de AUP por todo país, como delineado por Savian, Boff e Boff (2021):

Praticada, em geral, em pequenos espaços no urbano, como quintais, terrenos baldios, terrenos íngremes, margens de vias pouco movimentadas, entre outros lugares (Santos, 2017). Em quintais domésticos onde o espaço é limitado o cultivo é realizado em vasos (Batitucci et al., 2019). Em Belém (PA), Wandscheer e Medeiros (2012) observaram espaços cultivados tanto no centro quanto na periferia do território urbano e destacaram diferenças no tamanho do cultivo de acordo com a localização. Já em Belo Horizonte (MG), a AU é realizada em áreas urbanas periféricas, caracterizadas pela baixa renda dos moradores e pelo déficit de acesso aos serviços e infraestrutura

urbana, o que representa uma forma possível de produção e reprodução da vida (Araújo, 2016). Ao longo do rio Negro, no estado do Amazonas, a prática da agricultura é difundida nas cidades e conta com a importante participação de populações indígenas, sendo a produção agrícola destinada principalmente à subsistência familiar, com uma pequena parte do excedente comercializado (Emperaire & Eloy, 2015). No Pará, foram identificadas categorias distintas de agricultores, tendo os que desenvolvem a atividade como principal fonte de renda, servidores públicos que praticam a agricultura de maneira complementar ao seu ofício e comerciantes que realizam agricultura urbana paralelamente ao seu comércio (Rodrigues *et al.*, 2020). (SAVIAN; BOFF; BOFF, 2021, p. 5).

Além dos escassos marcos legais, faltam investimentos em pesquisas como a realizada por Santandreu e Lovo (2007) que ainda permanece como a única realizada a nível nacional sobre o estado da AUP e, apesar de grande qualidade e utilizado largamente pelos pesquisadores em AUP, não permite a elaboração de um panorama das iniciativas na atual conjuntura do país, especialmente após a desestruturação das políticas de combate à fome desde 2016 (VASCONCELOS *et al.*, 2019; SANTOS, 2021) e os impactos da pandemia de covid-19. Esta carência de políticas públicas nacionalizadas torna ainda mais importante a observação sobre a AUP nos debates estaduais e municipais que, mesmo diante de obstáculos diversos de gestão local, demonstram crescente interesse nas iniciativas de agricultura urbana e periurbana.

#### 4.2 NÍVEL LOCAL

Iniciativas locais de AUP existem desde a década de 1990, como o caso de Curitiba (ROSA, 2011), mas, como citado anteriormente, é no bojo do Programa Fome Zero e dos incentivos internacionais que muitas hortas comunitárias se estabeleceram em todo território nacional. Apesar disso, os estados e municípios ainda estão em processo de desenvolvimento de marcos legais para o campo e, principalmente, de políticas de AUP.

De acordo com Kuhn, Rorato e Mello (2019), 10 estados e o Distrito Federal possuem legislação estadual sobre AUP, a maioria delas aprovadas entre 2018 e 2019, exceto Minas Gerais e Goiás, que promulgaram leis em 2006 e 2009, respectivamente (KUHN; RORATO; MELLO, 2019). Embora não tenham sido identificadas leis sobre AUP em mais da metade dos estados brasileiros, o espaço de tempo da aprovação das normativas existentes demonstra o crescente interesse nos potenciais da agricultura urbana e periurbana, movimento que pode ser percebido também no aumento de pesquisas científicas sobre o tema (KUHN; RORATO; MELLO, 2019).

A esfera dos municípios demonstra maior atenção à AUP e possui especial importância, pois, além de ser o âmbito abarca os entes federativos mais próximos dos territórios e das

populações, também, após a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade — Lei 10.257/2001 —, possuem o papel de principal planejador urbano entre os entes (ROSA, 2011). Algumas cidades se destacam na elaboração relacionada à AUP, como Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, que integra programas internacionais de incentivo à AUP desde 2006, e do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo criado em 2004 (ROSA, 2011).

No âmbito do planejamento urbano, o Plano Diretor configura como o instrumento básico que orienta o desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana nos municípios, assim a AUP também precisa ser incluída e fortalecida nos planos diretores. Mello *et al.* (2022), ao investigarem os planos diretores das 27 capitais brasileiras, identificaram que 20 capitais contemplam a produção de alimentos nas cidades e, dentre essas, não há nenhuma região do Brasil em que todas as suas capitais contemplem o tema de alguma maneira nos planos diretores (MELLO *et al.*, 2022).

As categorias em que a agricultura urbana e periurbana é inserida nos planos diretores também é relevante para informar quais características e/ou impactos a ela são relacionados. São 9 dos 20 identificados que aproximam a AUP com a função de proteção e/ou recuperação ambiental, sendo o tema mais comum, com destaque à produção de alimentos sem agroquímicos. Citações relacionadas com o manejo de águas em aglomerados urbanos também aparecem com certa frequência: 6 capitais, mesmo número de citações associadas com incentivo à produção e ao empreendedorismo. O foco em segurança alimentar e abastecimento é referido em apenas 3 planos diretores, demonstrando certo deslocamento de como a AUP tem sido associada nos últimos anos em comparação com a estreita relação com políticas de SAN no início do século XXI. Das 4 capitais que apresentam programas ou planos mais específicos sobre AUP, os autores apontam que duas indicam, de forma genérica, a necessidade de construir programas sobre o tema, e as outras duas elaboram de forma mais profunda. Esse é o caso de Palmas (TO), que aborda especificamente sobre o projeto “Hortas Empreendedoras Urbanas”, e de Campo Grande (MS), que inclui uma seção específica para agricultura urbana e indica relação entre as políticas de desenvolvimento econômico e AUP, representando uma exceção entre todas as capitais (MELLO *et al.*, 2022).

Outro aspecto destacado pelos autores é em relação à terminologia utilizada nos planos diretores. A diversidade de termos empregados indica que a compreensão do que é “agricultura urbana” ainda está em consolidação e que os termos “horta urbana ou comunitária” são frequentemente utilizados como análogos à agricultura urbana (MELLO *et al.*, 2022), indicando a possível necessidade de fomentar o debate de forma generalizada entre as esferas

administrativas, visando à conformação de uma compreensão comum e que facilite a proposição de legislações que possam confluir umas com as outras.

Diante do exposto, apesar do crescimento de marcos legais e de projetos de AUP estaduais e municipais, ainda há grande insuficiência de debate aprofundado sobre o tema, bem como das possíveis formas de implementação de políticas em todos os níveis. A questão é publicamente incentivada e praticada, principalmente, por iniciativas comunitárias e de movimentos sociais, instituições de ensino e unidades básicas de saúde, e programas fortalecidos por ONGs, atores fundamentais, porém que lidam com condições financeiras, legais e de infraestrutura muito mais limitadas que o poder público. Nesse contexto, os benefícios possíveis por meio da AUP não conseguem ser generalizados para atingir grande parte da sociedade e, nesse cenário, quem sai perdendo são as comunidades mais vulnerabilizadas.

#### 4.3 POTENCIAIS DA AUP NO BRASIL E OS DESAFIOS PARA ALCANÇÁ-LOS

Os impactos decorrentes da agricultura urbana e periurbana são, como citado anteriormente, multifacetados e dependem de como e onde essa forma de cultivo da terra é praticada. Assim, os pontos positivos de interesse variam de acordo com cada território e, por essa razão, se faz necessário avaliar quais potencialidades teriam relevância na realidade brasileira e os motivos para isso. Por isso, neste subcapítulo, busca-se estabelecer a relação entre as principais vantagens da AUP com problemas existentes nas cidades do Brasil, destacando possíveis desafios a serem enfrentados para florescer tais potenciais.

Os autores Lemos, Andrade e Medeiros (2022) enfatizam a ausência do suporte para a AUP nos marcos legais de planejamento urbano, principalmente no Estatuto da Cidade, principal instrumento de política urbana nacional (LEMOS; ANDRADE; MEDEIROS, 2022). Esta ausência afeta profundamente o desenvolvimento da AUP no Brasil pois é uma proposta, também, de organização das cidades, que desafia os limites entre urbano e rural (MOUGEOT, 2000; McCLINTOCK, 2010), os vazios urbanos lucrativos para a “urbanização corporativa” (SANTOS, 2005) e a destruição da biodiversidade nessas áreas.

O processo de urbanização brasileira, segundo Milton Santos (2005), é acelerado a partir da década de 1920 com o crescimento do setor de serviços, mas se mantém concentrado até 1940 em cidades específicas com função administrativa, como a então capital do país à época, Rio de Janeiro (SANTOS, 2005). A partir de 1940, a concentração das atividades econômicas

a partir de investimentos estatais, em conjunto com o crescimento demográfico, geram as metrópoles, grandes e médias cidades por todo território (SANTOS, 2005).

O “surto de urbanização” (CASTRO, 2008) criou aglomerações com problemas de infraestrutura existentes independentemente da região, como saneamento básico, moradias precárias e sistemas de transportes insuficientes (SANTOS, 2005). Tais problemáticas são aprofundadas pela expansão da “cidade econômica em detrimento da cidade social” (SANTOS, 2005), ou seja, o direcionamento de recursos públicos para a urbanização de grandes firmas, enquanto o restante da população é relegado a condições de vida profundamente deterioradas.

Esse processo está diretamente fundamentado no avanço do modelo capitalista de desenvolvimento urbano sobre a natureza que, de acordo com McClintock (2010) em referência ao pensamento de Marx, “alienou os humanos do ambiente natural e interrompeu nossas formas tradicionais de ‘metabolismo social’” (McCLINTOCK, 2010, p. 192, tradução nossa). A destruição dos ecossistemas é parte da realidade brasileira desde a colonização, mas a dinâmica das cidades impõe novas formas de devastação que abrangem o considerável crescimento: do consumo de energia; de emissões de gases pela queima de combustíveis fósseis; e da produção de lixo (TORRES *et al.*, 2020; NASCIMENTO; PINTO FILHO, 2021).

A poluição atmosférica gerada pelos processos acima citados é apontada como um dos grandes problemas das regiões metropolitanas brasileiras atualmente. Segundo dados apresentados no estudo “O Estado da Qualidade do Ar no Brasil”, elaborado pela WRI (FELIN, 2021), a poluição atmosférica na saúde é responsável por 51 mil mortes anualmente no Brasil, além de contribuírem com o desenvolvimento de doenças como câncer, diabetes e doenças neurológicas (FELIN, 2021). Além disso, o descarte inadequado dos resíduos produzidos contamina os solos, corpos d’água e intensifica o desaparecimento de espécies vegetais e animais nativas (TORRES *et al.*, 2020). As cidades se tornam, dessa forma, locais difíceis para respirar, comer, beber água e, conseqüentemente, viver.

Além de suas origens mais antigas, a insegurança alimentar ganhou novos contornos com o processo de urbanização brasileiro, que provocou a concentração de 84,3% da população em 0,63% do território total do país (EMBRAPA, 2017), deixando a maior parte da extensão territorial brasileira para latifúndios milionários e pequenos agricultores empobrecidos<sup>15</sup>.

Estes latifundiários, que comumente são divulgados como os grandes produtores e responsáveis por alimentar a população — visão quantitativa aliada ao conceito de segurança alimentar —, são responsáveis pelo aumento da concentração de renda, oriunda da expansão de

---

<sup>15</sup> Os agricultores familiares representam 67% de todas as pessoas que trabalham com agropecuária no país que estão em 77% dos estabelecimentos rurais, porém esses ocupam apenas 23% da área total (PACHECO, 2022).

commodities, e, por meio do poder político e econômico, representam fielmente o capital monopolista. Valendo-se de mecanismos financeiros, corrupção e outros meios para assegurar seu papel de liderança (SANTOS, 2005), desestruturam políticas para a agricultura familiar e sustentável ao passo que precarizam trabalhadores, envenenam o ecossistema e contribuem enormemente com a liberação de gases do efeito estufa resultando na destruição dos biomas brasileiros (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021).

Para ilustração do sistema: a área plantada de feijão, um dos principais ingredientes da cultura alimentar brasileira, atualmente é 35% inferior em comparação a 1976, ao mesmo tempo que a área de cultivo de soja cresceu 460% (CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO, 2022). Ademais, em “Geografia da Fome” (1946), Josué de Castro indica que a fome é um fenômeno social total com diversas dimensões e que, no caso brasileiro, estrutura o sistema econômico e fundiário desde os tempos da colonização portuguesa (CASTRO, 2008). Nesse sentido o autor, desde 1946, anuncia:

Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro, expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo. (CASTRO, 2008, p. 267).

Nas cidades corporativas, o sistema alimentar é dominado pelos supermercados, que estabelecem cadeias cruéis de exploração com pequenos e médios agricultores, trabalhadores e consumidores (PERES; MATIOLI, 2020). A população aglomerada em conjuntos urbanos consome, cada vez mais, produtos de baixa qualidade nutricional (CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO, 2022), limitando a diversidade em sua dieta e, quando consomem alimentos *in natura*, desconhecem a forma como estes foram produzidos. A expansão do “supermercadismo” aprofunda o distanciamento entre quem produz e quem consome, criando um processo que, muitas vezes, conta com seis intermediários entre um e outro. O “supermercadismo” é definido por Peres e Matioli (2020) como:

[...] um modelo de consumo que tem o supermercado como espaço simbólico e prático, mas não só. Trata-se de um sistema ideológico de valores forjado a partir da segunda metade do século passado que acaba por influenciar outras modalidades de varejo alimentar, como feiras, açougues e mercadinhos. E que acaba por influenciar relações e condutas sociais, como o próprio papel do consumo em nossas vidas, a frequência e aquilo que comemos. (PERES; MATIOLI, 2020, p. 18).

As políticas de combate à fome não são novidade no Brasil, especialmente no século XXI, mas grande parte dessas partiram da concepção da fome como fenômeno unidimensional,

representando grande obstáculo para avançar em sua erradicação. Até os anos 1930, considerava-se que o problema era de abastecimento; já entre 1930 e final da década de 1980, as políticas focavam na regulação de preços; na década de 1990, o crescimento econômico por meios da desregulamentação do mercado foi colocado como ponto focal de solução da fome (BELIK; SILVA. TAKAGI, 2001); e, a partir dos anos 2000, as políticas centraram em garantir acesso à renda por pessoas mais (ROSA, 2011; VASCONCELOS *et al.*, 2019).

“Aquilo que comemos” (PERES; MATIOLI, 2020, p. 18) é, portanto, definido pela lógica do capital: por exemplo, os alimentos *in natura* que passam a ser esteticamente padronizados e disponibilizados em qualquer período do ano (PERES; MATIOLI, 2020). Para tanto, a diversidade alimentar é limitada a algumas espécies, as diferenças regionais são abandonadas, e o cultivo, para se encaixar em tais padrões, passa a depender largamente do uso de agroquímicos. Apesar disso, os vegetais à venda nos hortifrutis dos grandes mercados ainda possuem preços inacessíveis a grande parte da população, restando a estas o consumo de ultraprocessados<sup>16</sup> que, beneficiários de grandes subsídios, possuem preço menos elevado.

Diante deste cenário, revela-se a urgência de mudar a forma como o espaço urbano é estabelecido por meio da consolidação de práticas que contribuam para essa finalidade. A agricultura urbana e periurbana não é a solução de todos os males que estruturam o Brasil, haja vista a inserção de exploração pelo capital. Seu fortalecimento deve estar associado com o debate de uma reforma agrária e urbana, que priorize o combate à fome por meio da popularização do acesso a alimentos produzidos sem agroquímicos e valorizando as culturas alimentares regionais, renunciando a segregação socioespacial que consolidou a urbanização brasileira (DENALDI; FERRARA, 2018).

---

<sup>16</sup> Os alimentos ultraprocessados “são os produtos que passaram por maior processamento industrial e contêm substâncias sintetizadas em laboratório como os corantes, conservantes e aromatizantes” (BBC, 2023).

## 5 CULTIVANDO OUTRAS REFERÊNCIAS

*A gente é horta comunitária  
Eles condomínio dentro do shopping  
Don L*

O objetivo deste capítulo é apresentar como a política de agricultura urbana e periurbana de Cuba é capaz de ser considerada uma referência importante para a formulação de uma política brasileira, que ganha cada vez mais espaços públicos de debate. Para tanto, são apresentadas, primeiramente, considerações sobre o campo de políticas públicas, no sentido de localizar o referencial que orienta esta análise e, após, são estabelecidas as possíveis relações entre a política cubana e a realidade brasileira.

### 5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A colonização europeia na América Latina compreendeu processos que estabeleceram novas formas de conceber o mundo, as estruturas sociais e a produção de conhecimento. Erguido sob a classificação racial da população do mundo, a colonização produziu a redução da diversidade cultural e intelectual das milhares de sociedades originárias que habitavam as terras invadidas à categoria de “índios” e realizou método similar com os povos africanos traficados para a América, um sistema fundamental para alcançar a dominação dos territórios e avançar o poderio europeu (QUIJANO, 2005).

A partir desse processo, foram criadas as condições para o eurocentrismo, definido por Quijano (2005, p. 126) como “uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa quanto no resto do mundo”. Para tanto, o eurocentrismo implica em um padrão cognitivo baseado no dualismo (pré-capital-capital, não europeu-europeu, primitivo-civilizado), que localiza o não-europeu como primitivo e que, para livrar-se desta condição precisa almejar a modernidade europeia por meio de uma evolução linear (QUIJANO, 2005).

Assim, a Europa tornou-se a grande referência a ser perseguida pelos territórios colonizados. O modelo de desenvolvimento que mira alcançar as sociedades europeias está fundamentado na crença de uma evolução possível para todos os agrupamentos humanos, desconsiderando que tais sociedades foram erguidas sob a égide da exploração humana e



ambiental das invasões nas Américas, na África e Ásia. Dessa forma, toda a experiência dos locais colonizados é distorcida pelo eurocentrismo, como apresentado por Quijano (2005):

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a **perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete**. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que **quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida**.

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado **não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida**. (QUIJANO, 2005, p. 129-130, grifo nosso).

A partir desta compreensão, ao analisarmos o campo de estudos de políticas públicas, é possível inferir que este se constrói a partir dessa imagem parcial e distorcida, haja vista que está constituído sobre bases do positivismo e da racionalidade linear (PERES, 2020; CONCEIÇÃO; TAVARES, 2020), concepções profundamente relacionadas ao eurocentrismo. A “obsessão com o objetivismo, com a neutralidade e com a tecnocracia” (PERES, 2020, p. 35) e, indissociavelmente, com a visão eurocêntrica, hierarquiza conhecimentos e invalida experiências, principalmente aquelas construídas em sociedades fora das metrópoles coloniais e neocoloniais. Por esse ângulo, as políticas públicas são reduzidas a produtos da ação estatal; a análises, em teoria, desprovidas de ideologias, e a manuais com linhas pragmáticas que garantiriam réplicas em qualquer contexto (CONCEIÇÃO; TAVARES, 2020).

Entretanto, as políticas públicas são, na verdade, expressões de projetos políticos, econômicos e sociais que disputam as instituições e a sociedade, e podem ser direcionadas para a transformação social ou para a conservação da ordem social (CARRARO, 2018), e seus resultados possíveis são determinados por tais elementos. Por esta razão, políticas públicas não são passíveis de replicação, mas sim de balizar a produção de inspirações que, por meio de análises comprometidas com a realidade social, viabilizam a formulação de maneiras para lidar com os problemas coletivos.

Dessa forma, cabe ressaltar que o objetivo deste trabalho não é apresentar a política de agricultura urbana e periurbana de Cuba como modelo a ser replicado no Brasil, mas sim contribuir para a construção de referências de políticas públicas além do Norte global, em contraposição ao espelho eurocêntrico tradicional, além de impulsionar a formulação de uma política de AUP brasileira empenhada na soberania alimentar e nutricional das populações

urbanas vulnerabilizadas, bem como a consolidação de cidades com maior harmonia em relação à natureza.

## 5.2 INSPIRAÇÕES POSSÍVEIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA CUBANA

Apesar de dimensões territoriais extremamente distintas e sistemas políticos, sociais e econômicos ainda mais distintos, Brasil e Cuba possuem bases históricas muito similares. Marcados pela colonização ibérica, pela exploração da monocultura por meio da escravização de milhões de africanos<sup>17</sup> e pelo genocídio dos povos originários, os dois países estabeleceram sociedades profundamente racializadas e permeadas pelo discurso da democracia racial (CABRERA; MELO, 2010; BARÓ, 2014), além de grande dependência econômica de países do capitalismo central. Muitas marcas desses problemas estruturais foram superadas em Cuba após a vitória revolucionária em 1959, com conquistas sociais ainda distantes da realidade brasileira, mas o povo cubano ainda convive com diversos obstáculos. Porém, em vez de aceitarem os autoproclamados projetos de desenvolvimento do capitalismo central, a ilha busca, a partir do projeto de soberania nacional socialista, construir suas próprias maneiras de enfrentar os problemas.

A originalidade cubana, como destacada por Vasconcelos (2017), é uma das grandes marcas das formulações do Estado socialista em busca de soluções para os problemas do país. Em referência a Romeo (1965, p. 269), a referida autora coloca que esse aspecto demarca a “autonomia das estratégias em relação às teorias e a proeminência da realidade concreta como critério de busca de saídas ao desenvolvimento”. Assim, muito além da experiência em AUP, Cuba possui um histórico que desafia uma maneira etapista e colonialista de analisar e atuar na realidade.

A implementação da agroecologia como pilar crucial da iniciativa cubana pode ser indicada como a principal referência para a elaboração de uma política de AUP brasileira. Muito além de produzir comida sem veneno, a agroecologia compreende todos os aspectos dos territórios, a fim de florescer que toda a natureza conflua de forma saudável. A compreensão integralizada da produção agrícola que rege o programa está presente nos objetivos, nas metodologias de avaliação, nos indicadores e planos de produção de cada um dos 19 subprogramas que existem atualmente (MINAG, 2018). A exigência de colocação de, pelo

---

<sup>17</sup> De acordo com Sarracino (1993), nove milhões e meio de pessoas foram traficadas como escravos da África para a América após 1518. Desses, 90% foram destinados ao Brasil, a Cuba e às colônias europeias do Caribe (SARRACINO, 1993, p. 141).

menos, uma colmeia de abelhas melíponas em cada organopônico e horto intensivo, garantindo a polinização e, conseqüentemente, a produção (MINAG, 2018), é um dos grandes exemplos desta compreensão global da natureza.

Dos 16 objetivos gerais priorizados para o programa no ano de 2018, 6 estão diretamente relacionados com práticas agroecológicas:

1. Aumentar a estabilidade da produção de hortaliças e condimentos frescos ao longo do ano, numa área de 10.000 hectares de **organoponia, hortos intensivos, semi-protegidos e parcelas** tecnificadas com rendimentos médios de 12 kg/m<sup>2</sup>/ano;
2. **Intensificar por todos os meios a produção de fertilizantes orgânicos, garantindo que o seu teor superior a 50% seja atendido no substrato dos organopônicos**, bem como sua aplicação não inferior a 10 kg/m<sup>2</sup>/ano para manter a fertilidade dos substratos e solos; [...]
4. Fortalecer todos os componentes do **manejo agroecológico de pragas e doenças**, priorizando a correta aplicação de biocontroles após a capacitação dos produtores; [...]
9. Dar atenção especial às **coleções populares de plantas, observando seu comportamento nas diferentes condições agroclimáticas em que são encontradas e sua extensão a outros territórios**;
10. Incentivar a produção de alimentos em hortos populares e lotes ocasionais, **dando alta prioridade às culturas sazonais tradicionais** (alface e tomate no final do ano, milho doce no meio do ano, feijão na primavera, entre outros);
11. Promover com prioridade a **aplicação de biofertilizantes e bioestimulantes, como complemento aos adubos orgânicos**, após capacitação dos produtores (MINAG, 2018, p. 16-17, tradução e grifo nosso).

Diante do cenário urbano brasileiro, profundamente marcado pela deterioração das condições ecológicas de vida da parte majoritária da população, a implantação de uma política de AUP que reproduza a utilização de agroquímicos, já largamente utilizados nos monocultivos de soja, milho e trigo, ou que se limite à produção orgânica<sup>18</sup>, não apenas representaria a impossibilidade de aproveitamento de todos os potenciais da produção urbana, como aprofundaria os problemas de contaminação do solo, do ar e dos corpos d'água, como citado no capítulo anterior. Nesse contexto, a agroecologia, além da produção sem agrotóxicos, promove cultivos que fortalecem os aspectos de cada território, especialmente relevante diante da dimensão continental do Brasil e suas diferenças locais.

A experiência cubana demonstra não apenas a viabilidade da implementação da agricultura urbana e periurbana por métodos agroecológicos, como também um método de produção mais barato e acessível em regiões com acesso limitado a recursos financeiros e insumos produtivos, além de seu grande potencial de recuperação: dos solos contaminados por

---

<sup>18</sup> A agricultura orgânica, apesar de origens próximas com a agroecologia, possui um caráter de produção mais voltado ao mercado e, assim, foca no cultivo de um determinado produto “sem veneno” para atender expectativas de consumo em detrimento de questões ecológicas e sociais (DE ASSIS; ROMEIRO, 2002). Dessa forma, surgem monoculturas de produção orgânica, em total contrariedade com a biodiversidade reivindicada pela agroecologia.

lixo e erodidos pelas atividades humanas; das nascentes e margens de corpos d'água poluídos; da biodiversidade de plantas e seres vivos destruídos ou expulsos pelo avanço das cidades sobre os seus habitats; e da alimentação diversa, rica em nutrientes e alimentos *in natura*.

Para permitir a expansão da AUP agroecológica, grande parte da política cubana está centrada na capacitação e no extensionismo (HERNÁNDEZ, 2006; CONCEPCIÓN; NODALS; RUÍZ, 2012; COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017; MINAG, 2018). Este é um elemento crucial a ser considerado em uma política brasileira, pois é fundamental formar agricultoras e agricultores urbanos capazes de aproveitar todas as condições que os recursos produtivos oferecem; técnicos aptos a oferecerem assistências especializadas em sistemas de irrigação, produção de fertilizantes orgânicos, tratamento do solo, criação de vegetais e animais; e cientistas focados em elaborar inovações atentas aos problemas enfrentados nas bases produtivas.

O sistema de extensão é composto pelos conselhos populares, pela rede de fazendas municipais e locais de sementes, pelos centros de fertilizantes orgânicos, pelos Consultório Tenda Agropecuária (CTA), pelo Movimento de Unidades de Referência, pelos círculos de interesse, pelas aulas de capacitação, e por vários outros locais de troca entre as instâncias e os atores que compõem a PNAU/ASU/AF de Cuba (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017; MINAG, 2018). A capacitação é realizada pela Escola Superior de Agricultura Urbana e Suburbana (ESAUSU) que forma produtores, técnicos, especialistas, dirigentes e quadros a partir das necessidades diagnosticadas na base produtiva, a escola também orienta a metodologia das filiais nas províncias e municípios (COMPANIONI; RODRÍGUEZ-NODALS; SARDIÑAS, 2017).

Assim, o programa consolida instituições nacionais de ensino e pesquisa em AUP, mas, também, valoriza o componente local. O extensionismo permite, segundo Hernández (2006, p. 12), “a introdução de novas técnicas de participação, em que os agricultores atuam como os protagonistas do processo”, criando um vínculo estreito entre os pesquisadores e produtores e viabilizando a disseminação de conhecimentos entre os diferentes níveis. Os objetivos da PNAU/ASU/AF, para 2018, destacam a capacitação, o acompanhamento técnico e o desenvolvimento científico nos seguintes pontos:

3. Avanço na produção de sementes nas Fazendas Municipais e **produtores devidamente capacitados**, que permita a autossuficiência territorial em 2018 em pelo menos 4 espécies (alface, acelga chinesa, rabanete e vagem);
4. Fortalecer todos os componentes do manejo agroecológico de pragas e doenças, priorizando a correta aplicação de biocontroles **após a capacitação dos produtores**; [...]

7. Erradicar a insuficiência de alface, acelga chinesa e vagem, entre outros, no abastecimento ao turismo acordado pelo Programa. Concretizar a expansão da alface e da acelga chinesa no verão nos planaltos montanhosos e não apenas nos semi-protegidos, e **estabilizar e concluir a generalização do feijão Cuba-98 nos meses de inverno**; [...]

11. Promover com prioridade a aplicação de biofertilizantes e bioestimulantes, como complemento aos adubos orgânicos, **após capacitação dos produtores**; [...]

13. **Oferecer acompanhamento especial** às árvores frutíferas plantadas durante o primeiro estágio nas cooperativas de frutas localizadas na demarcação geográfica da ASU. Continuar a promover a produção com árvores frutíferas em lotes, pátios e quintas com condições. Concretizar a venda de mudas de cítricos para as 100 cooperativas da ASU; [...]

16. **Formação de produtores e desenvolvimento vocacional e profissional de crianças, adolescentes e jovens.** (MINAG, 2018, p. 16-17, tradução e grifo nosso).

Considerando a realidade do sistema educacional brasileiro, em que mais da metade da população acima de 25 anos não possui ensino médio completo (IBGE, 2019), e que grande parte da população urbana não tem prática com o cultivo de alimentos, a capacitação e o extensionismo configuram como elementos fundamentais para garantir a disseminação da produção urbana e periurbana. Assim, os instrumentos utilizados em Cuba podem servir como referência para a consolidação de um modelo brasileiro que vise ao alcance de grande capilaridade nos centros urbanos e que estabeleça a interrelação entre órgãos nacionais, estaduais e municipais.

A necessidade de interrelação vai além do âmbito da educação, pois uma das grandes fragilidades das políticas públicas brasileiras que fortaleceram a AUP na primeira década do século XXI foi a falta de interconexão entre o MDS, responsável pelas políticas de SAN, e o Ministério das Cidades, encarregado pelas políticas urbanas (LEMOS; ANDRADE; MEDEIROS, 2022). A falha de articulação de entidades diversas impede o aproveitamento de todos os potenciais da AUP que, além de ser uma proposta essencialmente urbana, também se relaciona com políticas de SAN, ambientais, de saúde e educação.

Nesse sentido, esse é mais um elemento da política cubana a ser considerado como referência para uma política brasileira. A construção do PNAU/ASU/AF como um dos principais programas no Ministério de Agricultura de Cuba (CUBADEBATE, 2022) indica a ampla visão sobre a AUP, pois a considera uma forma de cultivar o solo entre tantas outras, e não somente uma “política de combate à fome” ou uma “política ambiental”.

A estrutura do Grupo Nacional de AU/ASU/AF de Cuba demonstra como a multipotencialidade da AUP é valorizada e colocada em prática. Integrando 6 ministérios, 15 instituições de pesquisa e 7 organizações, incluindo movimentos sociais organizados de agricultores (ANAP), a estrutura da principal instância nacional do programa é capaz de estabelecer diretrizes, e realizar avaliações e ações, que abarcam diversos tipos de acúmulos

políticos, sociais e científicos. Ademais, tornam o trabalho em torno da AUP mais completo por ser multifacetado e, assim, alcançar impactos com significados múltiplos.

A participação ativa das diversas instituições também está presente nos convênios celebrados para a distribuição dos alimentos produzidos na AU/ASU/AF para diversos serviços públicos, principalmente instituições de ensino, de saúde e, mais recentemente, para o turismo (MINAG, 2018), principal atividade econômica de Cuba desde a crise dos anos 90 (SANTOS, 2018), destacada no sétimo objetivo dos lineamentos da política para 2018:

**7. Erradicar a insuficiência de alface, acelga chinesa e vagem, entre outros, no abastecimento ao turismo acordado pelo Programa.** Concretizar a expansão da alface e da acelga chinesa no verão nos planaltos montanhosos e não apenas nos semi-protegidos, e estabilizar e concluir a generalização do feijão *Cuba-98* nos meses de inverno. (MINAG, 2018, p. 16, tradução e grifo nosso).

Com base no exposto, é factível apontar a experiência cubana como um grande exemplo de política pública em agricultura urbana e periurbana. A política cubana é marcada pela relevância conferida à valorização das agricultoras e agricultores urbanos, aos conhecimentos tradicionais e espécies nativas, à priorização do cultivo de alimentos para garantir a subsistência da população, à priorização da agroecologia e ao envolvimento de múltiplas instituições. Esses são os principais aspectos que garantem a continuidade do programa há mais de 35 anos e configuram como as referências centrais para políticas públicas de AUP no Brasil.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu investigar quais são os elementos da experiência de Cuba que possuem capacidade de incrementar as políticas públicas brasileiras em AUP, visto que há um crescimento do debate popular, científico e — em algumas localidades — governamental no Brasil sobre a AUP. Para tanto, utilizou-se a pesquisa de tipo exploratório baseada nas bibliografias existentes sobre o assunto.

Com esse objetivo, buscou-se elaborar um panorama da política de agricultura urbana e periurbana em Cuba considerando suas causas históricas e seus pilares orientadores; traçar o atual cenário da AUP no Brasil a nível federal e local; e apontar as potencialidades possíveis da agricultura urbana e periurbana diante dos desafios que estruturam a vida da população nas cidades brasileiras.

Ainda em construção e consolidação, o conceito de agricultura urbana e periurbana está relacionado com a prática de horticultura, pecuária, piscicultura e outras atividades correlatas com a produção de alimentos dentro do perímetro urbano e nas regiões no entorno. Apesar de ser possível remontar as origens da AUP às práticas centenárias existentes principalmente na China, Indonésia e, até, no Antigo Egito, o desenvolvimento da sua expressão contemporânea está relacionada com crises de abastecimento geradas por conflitos militares entre grandes potências e por crises do capital que deterioraram as condições de renda e, conseqüentemente, de alimentação das populações mais vulneráveis.

Nesse contexto, a AUP possibilita a geração de efeitos múltiplos capazes de mitigar a insegurança alimentar e nutricional, a poluição urbana, os problemas vividos em comunidades periféricas e a separação entre consumo e produção. Além disso, promove outras formas de pensar o espaço urbano e a relação entre seres humanos e ecossistemas. Para tanto, as concepções da agroecologia e da soberania alimentar se inserem como fundamentais para compreender os impactos sociais e ecológicos que o sistema agroindustrial capitalista tem gerado e, também, construir práticas de agricultura urbana e periurbana capazes de servirem como alternativas a esse sistema.

A agroecologia fornece as ferramentas para a consolidação de sistemas agrícolas em que a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas resultem de interações ecológicas equilibradas. É uma metodologia que valoriza os conhecimentos dos povos originários e tradicionais e a diversidade humana e ecológica. A concepção de produção agroecológica representa a desconstrução dos conceitos, técnicas e processos impostos pelo agronegócio,

incentivando a recuperação e a preservação da natureza aliada à produção de comida — não commodities.

Em consonância com a agroecologia, a concepção de soberania alimentar foi elaborada para confrontar a visão da segurança alimentar que, geralmente, baseada em aspectos puramente quantitativos, não é capaz de combater o problema da fome e, ainda, abre espaço para o modelo socialmente e ecologicamente destrutivo já citado. A formulação se contrapõe ao sistema capitalista, aos sistemas agroindustriais, à privatização da natureza e ao uso de agroquímicos e de transgênicos na produção de alimentos. A reivindicação da agricultura familiar, da implementação de sistemas agroecológicos, do acesso popular a todos os recursos e insumos necessários à produção está no cerne do que a Via Campesina elabora como soberania alimentar.

Pilares da experiência cubana, a agroecologia e a soberania alimentar foram concepções adotadas para lidar com a difícil realidade da crise gerada pelo fim da URSS na década de 1990. Ao perder o seu principal parceiro político e econômico, Cuba se viu diante da queda de atividades econômicas na ilha, bem como de todo o seu sistema social consolidado após a revolução de 1969. Nessa conjuntura, a desnutrição e a fome voltaram para a realidade do povo cubano, principalmente nas cidades maiores, muito afetadas pela falta de combustíveis e, conseqüentemente, pelo desabastecimento. Práticas de cultivos de alimentos surgiram, então, como uma forma espontânea de sobreviver ao Período Especial nos centros urbanos.

O Movimento de Agricultura Urbana, oficializado em 1997, faz parte da transformação de um outro movimento, criado em 1987, para fortalecer a produção de alimentos sem insumos agroquímicos. Os impactos positivos da agricultura urbana foram expandidos por meio de investimentos do Estado cubano, e o Grupo Nacional de Agricultura Urbana no Ministério da Agricultura, também de 1997, formaliza a AU como política de Estado.

Ao expandir para incluir a dimensão periurbana a partir de 2008, o MINAG concebe o Programa Nacional de Agricultura Urbana, Suburbana e Familiar como uma de suas principais atuações. O PNAU/ASU/AF é estabelecido por meio de uma grande estrutura de formação, capacitação e extensão, além de apoio técnico e desenvolvimento científico proporcionado pelo trabalho conjunto de 6 ministérios, 15 instituições científicas, 7 movimentos sociais e as diversas representações nos níveis das provinciais, dos municípios e das bases produtivas. Os 19 subprogramas orientam as diretrizes técnicas, os objetivos e os indicadores de avaliação para cada elemento da produção urbana, periurbana e familiar, sempre baseados nas práticas agroecológicas.



Como resultado, a AUP em Cuba abrange, atualmente, cerca de 2 milhões de hectares e tem impactos importantes na vida da população, como a produção de alimentos e a geração de empregos. A política envolve a produção, a distribuição e a transformação de alimentos, além de atividades de produção de fertilizantes orgânicos e outros insumos produtivos. A agroecologia permite o controle de pragas sem a utilização de pesticidas químicos, evitando a importação de insumos produtivos, além de recuperar a biodiversidade dos alimentos consumidos e a qualidade dos solos e dos corpos d'água. A produção de alimentos na AUP é destinada, principalmente, para o consumo da população e consumo social em equipamentos públicos. A inserção de mulheres e jovens é outro impacto relevante na geração de empregos.

No Brasil, a AUP configurou algumas políticas de combate à fome nas primeiras décadas do século XXI, e foi largamente debatida por movimentos sociais e pesquisadores. Porém, ainda não é possível indicar uma política nacionalizada com foco em AUP. E, em estados e municípios, apesar de alguns bons exemplos, as políticas públicas ainda são, em geral, incipientes. ONGs e movimentos comunitários são os principais responsáveis pelas práticas que existem ao longo do território brasileiro e por fomentar o debate por maiores investimentos públicos na AUP.

Mas não faltam motivos para justificar tais investimentos, a urbanização brasileira gerou aglomerações com infraestrutura precária e concentração de recursos públicos no desenvolvimento urbano corporativo em detrimento do desenvolvimento social. Os crescentes problemas gerados pela destruição ambiental afetam as condições de vida da maior parte da população. Ademais, o desmonte de políticas de combate à fome aprofundaram insegurança alimentar estrutural da sociedade brasileira e, cada vez mais, o consumo de ultraprocessados aumenta enquanto o de alimentos in natura diminui. Assim, é urgente mudar a forma como o espaço urbano é estabelecido e fortalecer a agricultura urbana e periurbana com debate sobre a reforma agrária e urbana e combate à fome por meio do acesso a alimentos saudáveis e a valorização das culturas alimentares regionais.

O fomento da AUP no Brasil deve ser, então, cada vez mais debatido para viabilizar a construção de políticas públicas que abarquem todas as potencialidades das práticas. O caso cubano serve para contribuir como referência na forma como a AUP é valorizada e implementada.

A experiência cubana demonstra viabilidade da implementação da agricultura urbana e periurbana por métodos agroecológicos, além de ser mais barata e acessível em regiões com acesso limitado a recursos financeiros e insumos produtivos. Para permitir a expansão da AUP agroecológica, grande parte da política cubana está centrada na capacitação e no extensionismo,

que permite a disseminação de conhecimentos entre os diferentes níveis. Isso é crucial para a formação de agricultores urbanos, técnicos e cientistas capazes de aproveitar os recursos produtivos.

Além disso, a experiência cubana pode servir como referência para a construção de uma política brasileira de AUP, que valorize a interrelação entre órgãos nacionais, estaduais e municipais e que valoriza agricultoras e agricultores urbanos, os conhecimentos tradicionais e as espécies nativas, a agroecologia e o envolvimento de múltiplas instituições.

Porém, a principal referência é a originalidade cubana para formular soluções próprias para seus problemas, desafiando a lógica do espelho colonial. A colonização europeia na América Latina tentou dizimar a diversidade cultural das sociedades originárias e estabeleceu o eurocentrismo como perspectiva hegemônica de conhecimento. O campo de estudos de políticas públicas reflete essa visão parcial e distorcida, hierarquizando conhecimentos e invalidando experiências construídas fora das metrópoles coloniais e neocoloniais.

Orientada pelos princípios da agroecologia, da soberania alimentar e do anticolonialismo, a análise permitiu concluir que a política de Cuba é uma referência incontornável para a elaboração de políticas públicas de AUP comprometidas com as pessoas vulnerabilizadas no Brasil da atualidade. Este trabalho não pretende apresentar a política de agricultura urbana e periurbana de Cuba como modelo a ser replicado no Brasil, mas sim contribuir para a construção de referências de políticas públicas além do Norte global.

Para a contínua ampliação da discussão do campo de políticas públicas em torno da AUP no Brasil, torna-se necessário aprofundar cada vez mais as investigações, incluindo pontos que não foram possíveis de serem abordados neste trabalho pois, sendo uma contribuição, não é capaz de encerrar em si mesma. Questões como a estrutura da divisão e uso da terra, bem como os instrumentos de participação social em ambos os países, são importantes a serem examinados para ampliar a análise sobre as possíveis referências. Além disso, as disputas entre os interesses econômicos e as iniciativas populares também compõem a realidade que impedem a expansão do investimento público na AUP brasileira e, assim, precisam ser compreendidas para a conformação do debate.

Por fim, cabe destacar que ainda são insuficientes as pesquisas com abrangência nacional que permitam compreender o atual quadro da AUP no Brasil e as suas características considerando a conjuntura, mas as hortas comunitárias existem e resistem nos aglomerados urbanos por todo país e fortalecem ambientes afetados por profundas desigualdades. Assim, o debate científico e governamental não somente precisa estar associado a essas experiências, mas também formulado diretamente por elas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; COSTA, Helena Soares de Moura. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. **Anais [...]**. Belém, n. X, p. 1 – 18, 09 2014. Disponível em: <http://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT1-220-63-20140522075553.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ALTIERI, M. **Agroecologia: A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável**. 5 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: [https://arca.furg.br/images/stories/producao/agroecologia\\_short\\_port.pdf](https://arca.furg.br/images/stories/producao/agroecologia_short_port.pdf). Acesso em: 2 fev. 2023.

ALVES, Ana Cristina Teixeira; SILVA, Ricardo Gilson Costa da. A Agricultura Urbana e Periurbana em Havana, Cuba: Uma perspectiva agroecológica. **Anais [...]**. Curitiba: Grupo Educacional UNINTER, 2015. Disponível em: [https://www.uninter.com/pesquisa/wp-content/uploads/2018/03/CONCIS\\_ANAIS\\_2015.pdf](https://www.uninter.com/pesquisa/wp-content/uploads/2018/03/CONCIS_ANAIS_2015.pdf). Acesso em: 9 fev. 2023.

ALVES, Henrique Freitas. Ecologia política e agricultura urbana na América Latina: reflexões teóricas por uma aproximação. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 214-239, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/171250>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BARÓ, Dionisio Lázaro Poey. Dificultades para la implementación de políticas públicas anti-racistas: casos de Cuba y Brasil. **Revista Brasileira do Caribe**, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 213-231, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1591/159133619011.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2023.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, [S. l.], v. 15, p. 119-129, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400013>. Acesso em: 8 fev. 2023.

BETANCOURT, Mauricio. The effect of Cuban agroecology in mitigating the metabolic rift: A quantitative approach to Latin American food production. **Global Environmental Change**, [S. l.], v. 63, p. 102075, 2020. Disponível em: [http://www.fraw.org.uk/data/simplicity/betancourt\\_2020.pdf](http://www.fraw.org.uk/data/simplicity/betancourt_2020.pdf). Acesso em: 8 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 26 ago. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1-2, 18 set. 2006.

CABRERA, Olga; MELO, Orlinda Carrijo. Brasil y Cuba: Sociedad, História en la intersección de Género, Raza y Clase social. **Revista Brasileira do Caribe**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 79-102, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1591/159117414004.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2023.

CARNEIRO, Maria de Fátima Brandão; PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; GONÇALVES, Teomar Magalhães. Agricultura urbana e segurança alimentar no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 19, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1901>. Acesso em: 9 fev. 2023.

CARRARO, Gissele. Políticas sociais públicas em Cuba e no Brasil. **Anais [...]**, Vitória, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20114/13445>. Acesso em: 9 fev. 2023.

CASONI, G. F. **Transformações econômico-sociais em Cuba em perspectiva histórica (1990-2014)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-12122019-160155/pt-br.php>. Acesso em: 5 fev. 2023.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO. Da fome à fome: a volta da insegurança alimentar. *In*: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, 2022. p. 97-105.

COELHO, Ana *et al.* Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano. FGV - Centro de Estudos em Sustentabilidade, 2022. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-sustentabilidade/projetos/guia-para-agendas-municipais-agricultura-urbana-e-periurbana>.

COMPANIONI, Nelso; RODRÍGUEZ-NODALS, Adolfo; SARDIÑAS, Justa. Avances de la agricultura urbana, suburbana y familiar. **Agroecología**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 91-98, 2017. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/330401>. Acesso em: 8 fev. 2023.

CONCEIÇÃO, Cássio Henrique Oliveira; TAVARES, Breitner Luiz. Políticas Públicas: subalternidade como crítica a racionalidade linear. **NAU Social**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 37-51, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/35607>. Acesso em: 7 fev. 2023.

CONCEPCIÓN, Nelso Companioni; NODALS, Adolfo Rodríguez; RUIZ, Justa Sardiñas. Programa de Agricultura Urbana y Suburbana: Continuidad Histórica del Movimiento de Organopónicos. **Agricultura Orgánica**, [S. l.], v. 18, n. 3, 2012. Disponível em: <https://docplayer.es/91162569-Programa-de-agricultura-urbana-y-suburbana-continuidad-historica-del-movimiento-de-organoponicos.html>. Acesso em: 17 fev. 2023.

CORRÊA, Carina Júlia Pensa et al. Semeando a cidade: Histórico e atualidades da agricultura urbana. **Ambiente & Sociedade**, [S. l.], v. 23, e00751, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/D9jj4kzfltzqKwWqbKxVhnc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 fev. 2023.

CUBADEBATE. **Agricultura urbana, suburbana y familiar em Cuba**: situación actual, retos y perspectivas, 29 ago. 2022. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2022/08/29/agricultura-urbana-suburbana-y-familiar-en-cuba-situacion-actual-retos-y-perspectivas-podcast/>. Acesso em: 8 fev. 2023.

DE ASSIS, Renato Linhares; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, [S. l.], v. 6, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v6i0.22129>. Acesso em: 19 fev. 2023.

DENALDI, Rosana; FERRARA, Luciana Nicolau. A dimensão ambiental da urbanização em favelas. 2018. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/h87PkYxvCWMGQxdQSddYTMm/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 19 fev. 2023.

EMBRAPA, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/28840923/mais-de-80-da-populacao-brasileira-habita-063-do-territorio-nacional#:~:text=As%20%C3%A1reas%20consideradas%20urbanas%20no,%2C3%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira>.

FAO; FIDA; OMS; UNICEF; WFP. **In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Roma, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc0640en>. Acesso em 8 fev. 2023.

FERNANDEZ, Margarita. Urban Agriculture in Cuba: 30 Years of policy and practice. **Urban Agriculture Magazine**, [S. l.], v. 33, p. 41-44, 2017. Disponível em: <https://edepot.wur.nl/448784>. Acesso em: 9 fev. 2023.

FLORES, Osvaldo Moreno. Agricultura Urbana: Nuevas Estrategias de Integración Social y Recuperación Ambiental en la Ciudad. **Revista Electrónica DU&P. Diseño Urbano y Paisaje**, v. 4, n. 11, 2007. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/117766>. Acesso em: 9 fev. 2023.

FREIRE, C.; RAMOS, I. J.; REGO, C *et al.* **Agricultura urbana**: impactos económicos, sociais e ecológicos. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2016, p. 1801-1820. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/19625>. Acesso em: 14 fev. 2023.

GASPARIN, Isabela Cherman; RAMOS, Victória Maria Berti; BILLIG, Osvaldo Alencar. CUBA E O PÓS-GUERRA FRIA: MUDANÇAS ECONÔMICAS E A POLÍTICA EXTERNA A PARTIR DOS ANOS 1990. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, [S. l.], v. 4, n. 29, p. 264-278, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2023.

GONÇALVES, R. G. G. **Hortas Urbanas**. Estudo do Caso de Lisboa. 2014. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrônômica). Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/6809>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GRANMA, 2017. Disponível em: <https://pt.granma.cu/cuba/2017-08-24/com-os-pes-na-terra>

HERNÁNDEZ, Loracnis. La agricultura urbana y caracterización de sus sistemas productivos y sociales, como vía para la seguridad alimentaria en nuestras ciudades. **Cultivos Tropicales**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 13-25, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1932/193215872002.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2023.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências. **Revista Nera**, [S. l.], n. 35, p. 174-198, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4855>. Acesso em: 9 fev. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=Tamb%C3%A9m%20em%202019%2C%2046%2C6,4%25%2C%20%20superior%20completo>. Acesso em: 9 fev. 2023.

IPES. **Página Institucional**. Disponível em: <http://www.ipes.org/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

KUHN, Eugênia Aumond; RORATO, Geisa Zanini; MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. Agricultura urbana e periurbana no Brasil: uma revisão das iniciativas existentes e das discussões no campo do planejamento urbano e regional. **Associação de Escolas e Faculdades Públicas de Arquitetura da América do Sul**, Belo Horizonte, v. 1, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/arquisur-2019/trabalhos/agricultura-urbana-e-periurbana-no-brasil-uma-revisao-das-iniciativas-existentis?lang=pt-br>. Acesso em: 9 fev. 2023.

LEMOS, N. da S.; ANDRADE, L. M. da S. de; MEDEIROS, V. A. S. de. Desafios do planejamento urbano no Brasil e seus marcos legais sob a ótica da agricultura urbana. **Paranoá**, [S. l.], v. 14, n. 14, 2022. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n14.2015.16988. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/10902>. Acesso em: 9 fev. 2023.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 360.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança alimentar e nutricional**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 78-87, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634795>. Acesso em: 5 fev. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **The Marx-Engels Reader**. 2 ed. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 1978. Disponível em: <https://thecharnelhouse.org/wp-content/uploads/2019/02/Marx-Engels-Reader.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

McCLINTOCK, Nathan. Radical, Reformist, and Garden-Variety Neoliberal: Coming to Terms with Urban Agriculture's Contradictions. **Urban Studies and Planning Faculty Publications and Presentations**, v. 93, 2014. Disponível em: [https://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1090&context=usp\\_fac](https://pdxscholar.library.pdx.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1090&context=usp_fac). Acesso em: 9 fev. 2023.

McCLINTOCK, Nathan. Why farm the city? Theorizing urban agriculture through a lens of metabolic rift. **Economy and Society**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 191–207, 2010. Disponível em: <https://academic.oup.com/cjres/article-abstract/3/2/191/441835?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 18 fev. 2023.

MELLO, Bruno César Eufhrasio de *et al.* Panorama da agricultura urbana nos planos diretores das capitais do Brasil. Blumenau. **Anais [...]** Blumenau: ANPUR, 2022.

MESA REDONDA, **¿Cuánto ha avanzado la agricultura urbana en estos 35 años?(+Video)**, 26 dez. 2022. Disponível em: <http://mesaredonda.cubadebate.cu/mesa-redonda/2022/12/26/cuanto-ha-avanzado-la-agricultura-urbana-en-estos-35-anosvideo/>. Acesso em: 6 fev. 2023.

MINAG. Grupo Nacional de Agricultura Urbana, Suburbana y Familiar. **Lineamientos de la agricultura urbana, suburbana y familiar para el año de 2018**. La Habana: Ministerio de la Agricultura – MINAG, 2018.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. Friedrich-Ebert-Stiftung–Agronegócio: um negócio global, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

MOUGEOT, Luc J. A. Urban agriculture: Definition, presence, potentials and risks, and policy challenges. **Cities feeding people series; rept. 31**, Ottawa, 2000. Disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/26429/117785.pdf?sequence=12>. Acesso em: 7 fev. 2023.

NASCIMENTO, Fâmela; PINTO FILHO, Jorge Luís. OS IMPACTOS AMBIENTAIS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. **ENCICLOPEDIA BIOSFERA**, [S. l.], v. 18, n. 38, 2021. Disponível em: <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/5393>. Acesso em: 7 fev. 2023.

OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMACIÓN (ONEI). **Anuario Estadístico de Cuba 2020 - Capítulo 1: Territorio**. Cuba, 2021. Disponível em: [http://www.onei.gob.cu/sites/default/files/01\\_territorio\\_0.pdf](http://www.onei.gob.cu/sites/default/files/01_territorio_0.pdf). Acesso em: 7 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO); Comitê de Agricultura (COAG). **La Agricultura Urbana y Periurbana**. Roma, 1999. Disponível em: <http://www.fao.org/unfao/bodies/COAG/COAG15/X0076S.htm>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Ciudades más verdes en América Latina y el Caribe**: Un informe de la FAO sobre la agricultura urbana y periurbana en la región. Roma, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/fe2a419a-3dd9-4798-a7ff-4fe769e1ecf5/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **La lucha contra el hambre y la pobreza: ¿Cual es el papel de la agricultura urbana?** Perspectivas Económicas y Sociales. Informes de Política, n. 10. Roma, 2010. Disponível em: [https://www.fao.org/economic/es-policybriefs/briefs-detail/es/c/45120/?no\\_cache=1](https://www.fao.org/economic/es-policybriefs/briefs-detail/es/c/45120/?no_cache=1). Acesso em: 7 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Criar cidades mais verdes**. Programa de Horticultura Urbana e Periurbana (HUP) da FAO. Roma, FAO, 2012. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i1610p/i1610p00.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais: disputa por terra e território e afirmação de identidades. *In*: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da fome à fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Elefante, 2022. p. 259-271.

PERES, Janaina Lopes Pereira. **Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência**: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39318>. Acesso em: 7 fev. 2023.

PERES, João; MATIOLI, Victor. **Donos do mercado**: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade. São Paulo: Elefante, 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU HABITAT). **World Cities Report 2022**: Envisaging the Future of Cities. Nairobi, 2022. Disponível em: <https://unhabitat.org/world-cities-report-2022-envisaging-the-future-of-cities>. Acesso em: 9 fev. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, Clacso, 2005. p. 107-130. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 9 fev. 2023.

ROSA, Pedro Paulo Videiro. Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, [S. l.], v. 2, n. 47E, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2384>. Acesso em: 9 fev. 2023.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas



de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras, Belo Horizonte: FAO, 2007. Disponível em: [https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama\\_AUP.pdf](https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf). Acesso em: 7 fev. 2023.

SANTOS, José Elson da Silva dos. DIREITO À ALIMENTAÇÃO NO BRASIL: LIMITES DO COMBATE À FOME. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 1, n. 21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/12049>. Acesso em: 4 fev. 2023.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SARRACINO, Rodolfo. Cuba e Brasil: Bases Históricas e Culturais para uma Comunidade Latino-africana. TEXTOS DE HISTÓRIA. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 139-153, 1993. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/download/27619/23764>. Acesso em: 4 fev. 2023.

SAVIAN, Moisés; BOFF, Pedro; BOFF, Maria Inês Carissimo. Can urban agriculture contribute to the development of sustainable cities and communities? **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 5, p. e30610514926, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14926>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SILVA, Elvis Kesley Alexandre da. **Aspectos econômicos de Cuba entre os anos 1990 e 2000**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41963>. Acesso em: 9 fev. 2023.

SORZANO, Angelina Herrera. Impacto de la agricultura urbana em Cuba. **Novedades en población**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 01-14, 2009. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Cuba/cedem-uh/20100323071744/Impacto.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2023.

SORZANO, Angelina Herrera. La Soberanía Alimentaria desde la Agricultura Urbana: Un reto para el desarrollo de la producción de alimentos en Cuba (Food Sovereignty form Urban Agriculture: A challenge to the development of food production in Cuba). **Revista GeoNordeste**, [S. l.], n. 1, p. 150-172, 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/4462>. Acesso em: 7 fev. 2023.

SOSA, Braulio Machín; JAIME, Adilén María; LOZANO, Dana Rocío Ávila et al. **Revolução agroecológica: o Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SOUZA, Felipe. ‘Salgadinho é mais barato que fruta’: subsidiados no Brasil, ultraprocessados causam 57 mil mortes no país, diz estudo. **BBC News**, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63881335>. Acesso em: 8 fev. 2023.

TORRES, Leandro Marques *et al.* Poluição atmosférica em cidades brasileiras: uma breve revisão dos impactos na saúde pública e meio ambiente. **Naturae**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 23-33, 2020. Disponível em: <http://www.sapientiae.com.br/index.php/naturae/article/view/CBPC2674-6441.2020.001.0003>. Acesso em: 9 fev. 2023.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de; MACHADO, Mick Lennon; MEDEIROS, Maria *et al.* Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, [S. l.], v. 32, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-9865201932e180161>. Acesso em: 4 fev. 2023.

VASCONCELOS, Joana Salém. Cuba e a dependência externa: passado e presente. **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2016. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2619>. Acesso em: 9 fev. 2023.

VASCONCELOS, Joana Salém. **História agrária da revolução Cubana: dilemas do socialismo na periferia**. São Paulo: Alameda, 2017.

FELIN, Bruno. Estudo revela estado da qualidade do ar e mostra como o tema é negligenciado no Brasil. **WRI**, 27 jan. 2021. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/estudo-revela-estado-da-qualidade-do-ar-e-mostra-como-o-tema-e-negligenciado-no-brasil>. Acesso em: 18 fev. 2023.

ZAAR, Miriam Hermi. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no marco da Soberania Alimentar. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 26–44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7870>. Acesso em: 19 fev. 2023.

ZAAR, Miriam Hermi. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen y expansión. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 16, n. 944, 2011. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-944.htm>. Acesso em: 18 fev. 2023.